



SEMANÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Distribuição Gratuita



Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal / Criado de acordo com a Lei Municipal 1942/2009

www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 14 de Dezembro de 2012

12 Páginas / Ano 4 / Edição nº 144



LEIS

LEI Nº 2436/2012

SÚMULA: Autoriza transferência intra governamental de recursos financeiros do Município de Jaguariaíva para a Autarquia Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguariaíva – SAMAE.

AUTORIA: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Jaguariaíva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto na Lei Federal nº. 4.320/64 e no artigo 11, incisos I e XVII alínea a, artigo 67, incisos X e XI da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a transferir ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguariaíva – SAMAE, o valor total de R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) objetivando reequilibrar o orçamento da Autarquia Municipal.

Art. 2º - O valor mencionado refere-se ao valor aproximado repassado ao Município a título de contrapartida prevista na cláusula segunda do Termo de Compromisso nº TC/PAC 986/09 consoante o processo nº 25100.066.595/2009-13.

Parágrafo único – a devolução em questão não fere o artigo 2.º, inc. II letra “f” da Lei 2052/2009, de 21 de dezembro de 2009, pois o município teve condições de arcar com todo ônus que cabia ao SAMAE, no projeto.

Art. 3º - O valor autorizado no artigo 1º será repassado ao SAMAE, em uma única parcela.

Art. 4º - Essa transferência intragovernamental tem fundamento no artigo 12.º § 2º da lei federal nº 4320/64.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Jaguariaíva, 11 de Dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito

LEI Nº 2437/2012

SÚMULA: Dispõe sobre autorização para abertura Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais).

AUTORIA: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Jaguariaíva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto na Lei Federal nº. 4.320/64 e no artigo 11, incisos I e XVII alínea a, artigo 67, incisos X e XI da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Orçamento Geral do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Municipais de Jaguariaíva, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 462.000,00** (quatrocentos e sessenta e dois mil reais).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID USO/GRUPO/FONTE	VALOR
24	Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Municipais de Jaguariaíva		
24.01	Administração Geral		
09.272.0002.2.049	Previdência Social a Segurados		
110 3.3.90.01.00.00	Aposentadorias e Reformas	0.2.040	220.000,00
120 3.3.90.03.00.00	Pensões	0.2.040	122.000,00
130 3.3.90.05.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	0.2.040	120.000,00
TOTAL			462.000,00

Art. 2º - Constitui recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, de acordo com o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Federal nº. 4.320/64, os seguintes recursos:

I – Oriundos do cancelamento as seguintes dotações orçamentárias:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ID USO/GRUPO/FONTE	VALOR
24	Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Municipais de Jaguariaíva		
24.01	Administração Geral		
24.01.99.999.9999	Reserva de Contingência		
99.999.9999.7.777	Reserva Orçamentária	0.2.040	462.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO			462.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2355, de 07 de outubro de 2011 (LDO 2012).

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2047, de 21 de dezembro de 2009 (PPA 2010 - 2013).

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Jaguariaíva, 11 de Dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito

LEI Nº 2438/2012

SÚMULA: Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Fundo Municipal do Meio Ambiente de Jaguariaíva.

AUTORIA: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Jaguariaíva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto na Lei Federal nº. 4.320/64 e no artigo 11, incisos I e XVII alínea a, artigo 67, incisos X e XI da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Esta Lei cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Fundo Municipal do Meio Ambiente de Jaguariaíva.

CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 2º - Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo, no âmbito de sua competência, sobre questões ambientais.

Art. 3º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente será composto, de forma paritária, por representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, a saber:

I - um representante de cada um dos seguintes órgãos do Poder Público:

- órgão executivo municipal do meio ambiente;
 - órgão municipal de educação;
 - órgão municipal de saúde;
 - órgão municipal de obras públicas;
 - órgão da administração pública estadual ou federal, que tenha em suas atribuições a proteção ambiental ou o saneamento básico e que possua representação no Município, como IAP, EMATER, SEMA, etc;
- II - representantes da sociedade civil:

- dois indicados pelos setores organizados da sociedade, como Associação Comercial e Industrial de Jaguariaíva, Clubes de Serviço, Sindicatos;
- um indicado por entidade civil que tenha por objetivo a defesa dos interesses dos moradores, com atuação no Município;
- um indicado pelas entidades civis que tenham por finalidade a defesa da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do Município;
- um indicado pelas Universidades ou Faculdades comprometidas com a questão ambiental;
- um indicado por associações de profissionais, como engenheiros, arquitetos, biólogos, geólogos e profissões afins.

Parágrafo único - Cada membro do Conselho terá um suplente, também indicado pelo respectivo órgão ou entidade, que substituirá o titular em caso de impedimento ou ausência.

Art. 4º - Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente:

- formular as diretrizes para a Política Municipal do Meio Ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do Município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;
- propor normas legais, procedimentos e ações, visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do Município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica municipal e na legislação a que se refere o item anterior;
- analisar, anualmente, os planos de aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- opinar sobre a realização de estudo alternativo sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria;
- obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos, entidades e comunidade em geral;
- atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental, promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do Município;
- propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;
- registrar e fiscalizar instituições ligadas ao meio ambiente, atuantes no Município;
- acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações das entidades governamentais e não-governamentais do Município;
- propor, alterar, aprovar e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos vinculados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- apresentar, anualmente, ao Executivo Municipal, proposta orçamentária inerente ao seu funcionamento;
- receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;
- opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, além de posturas municipais, visando à adequação das exigências do meio ambiente;
- opinar, quando solicitado, sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento, no âmbito municipal, de atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;
- deliberar sobre a realização de audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;
- responder a consultas sobre matérias de sua competência;
- decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

§ 1º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente poderá solicitar ao Executivo a constituição de comissões integradas por técnicos especializados em proteção ambiental, para elaborar estudos, emitir pareceres e laudos técnicos.

§ 2º - O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável à instalação e ao funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente será prestado diretamente pelo Município, através do órgão Executivo Municipal de meio ambiente ou do órgão a que o CMMA estiver vinculado (Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente).

Art. 5º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente possuirá a seguinte estrutura:

- Diretoria, composta pelos seguintes membros, eleitos dentre os integrantes do colegiado:
 - presidente;
 - vice-presidente;
 - primeiro secretário;
 - segundo secretário.
- Comissões paritárias, de assuntos específicos, quando constituídas por resoluções de plenário;
- Plenário.

Art. 6º - A instalação do CMMA e a composição dos seus membros ocorrerá no prazo máximo de sessenta dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 7º - No prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a sua instalação, o CMMA elaborará o seu Regimento Interno, que deverá ser homologado pelo Prefeito Municipal, também no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente instituirá seus atos através de resoluções aprovadas pela maioria dos seus membros.

Art. 9º - O CMMA poderá instituir em seu regimento interno, se necessário, Câmaras Técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Art. 10 - As sessões do CMMA serão públicas e seus atos

deverão ser amplamente divulgados.

Art. 11 - A função de Conselheiro é considerada serviço público relevante e não será remunerada, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinado seu comparecimento às sessões do Conselho e participação em diligências por ele autorizadas.

Parágrafo único - Serão ressarcidas as despesas de transporte, estadia e alimentação, realizadas pelos membros do Conselho no desempenho de atividades inerentes ao mandato, desde que devidamente comprovadas.

Art. 12 - O mandato dos membros do CMMA é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 13 - Os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente poderão ser substituídos mediante comunicação por escrito da instituição ou autoridade pública à qual estejam vinculados ao Presidente do Conselho, o qual fará a comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

Art. 14 - Perderá o mandato o conselheiro que:

- desvincular-se do órgão ou da entidade que representa;
- faltar a três reuniões consecutivas do colegiado ou a cinco alternadas, sem justificativa;
- apresentar procedimento incompatível com a dignidade de suas funções;
- for condenado, por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo único - A substituição do conselheiro que perder o mandato dar-se-á por deliberação da maioria dos componentes do Conselho Municipal do Meio Ambiente, em procedimento iniciado mediante solicitação de qualquer conselheiro, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

Art. 15 - Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros efetivos do Conselho Municipal do Meio Ambiente serão substituídos automaticamente pelos respectivos suplentes, aos quais caberá, durante o período de substituição, os mesmos direitos e deveres dos titulares.

Art. 16 - As entidades ou organizações representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser comunicadas a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta falta alternada, mediante correspondência da Diretoria do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 17 - Perderá a representatividade no Conselho Municipal do Meio Ambiente a instituição que:

- extinguir sua base territorial de atuação no Município de Jaguariaíva;
- tiver constatada em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal;
- sofrer penalidades administrativas reconhecidamente graves.

CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 18 - Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente, órgão permanente de natureza contábil, que será administrado pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, sob orientação, controle e fiscalização do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 19 - As receitas do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão provenientes de:

- dotação específica consignada no orçamento municipal para o meio ambiente e as verbas adicionais que a Lei estabelecer no decorrer de cada exercício;
- verbas repassadas pelos Conselhos Nacional e Estadual do Meio Ambiente e por outros órgãos oficiais;
- contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;
- convênios, contratos e consórcios celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja de competência da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;
- doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam destinados;
- rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações financeiras, bem como de venda de materiais de publicação e da realização de eventos;
- produto de convênios firmados com entidades financiadoras;
- recursos retidos em instituições financeiras, sem destinação própria;
- devolução de parcelas dos valores das multas aplicadas por organismos estaduais e federais em empresas, entidades ou pessoas físicas dentro do Município de Jaguariaíva.

§ 1º - A devolução referida no inciso IX do caput deste artigo deverá ser efetuada através de convênios ou parcerias com a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

§ 2º - Os recursos de responsabilidade do Município, destinados ao meio ambiente, serão automaticamente repassados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente.

§ 3º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta específica a ser mantida pelo Fundo, em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 4º - A existência de recursos de natureza financeira do Fundo dependerá:

- da disponibilidade financeira em função do cumprimento da programação;
- da prévia aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 20 - Os saldos financeiros do Fundo Municipal do Meio Ambiente, constantes do balanço anual, serão transferidos para o exercício seguinte.

Art. 21 - O funcionamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente será objeto de regulamentação no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da posse dos primeiros membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 22 - No caso de dissolução ou encerramento das atividades do Fundo Municipal do Meio Ambiente, os respectivos recursos serão transferidos à Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Art. 23 - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente deverão constar da Lei Orçamentária do Município, com rubrica específica na Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Art. 24 - Para atendimento das despesas de implantação do Fundo de que trata esta Lei, fica, ainda, o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município de Jaguariaíva, para o Exercício 2013, um crédito adicional especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a inclusão da seguinte dotação orçamentária no orçamento da administração direta:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE Unidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL Programa: 024 - PROGRAMA JAGUARIAÍVA AMBIENTAL Projeto/Atividade: 2.116 - Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente 3390000000 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo único - Como recurso para a abertura do crédito de que trata o caput deste artigo utilizar-se-á o cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 1.076 – Implantação de Usina de Reciclagem 4490000000 Aplicações Diretas. R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Jaguariaíva, 11 de Dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito



Acesse o site e fique por dentro das últimas notícias e dos Atos Oficiais em nosso município

WWW.JAGUARIAIVA.PR.GOV.BR

Telefones

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava	Fone:	(43)3535-1833
	Fax:	(43)3535-2130
SECRETARIAS:		
-Procuradoria Geral do Município / Procon	Ramal:	209
-Administração e Recursos Humanos		233
-Comunicação Social		3535-5638
-Finanças		206/208
-Planejamento		239
-Desenvolvimento social		3535-3363
-Agropecuária e Meio Ambiente		3535-6358
-Educação, Cultura e Esporte		3535-1200
-Saúde		3535-2122
-Infraestrutura e Habitação		3535-2289
-Indústria Comércio e Turismo		3535-7935
Serv. Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE		0800-6431579
Instituto Previdência e Assistência Servidor Público		3535-4909
Câmara Municipal de Jaguaraiava		3535-1261
Clínica Municipal de Fisioterapia		3535-3371
Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo e		
Espaço Cultural Maria Timm		3535-4226
TELEFONES ÚTEIS		
Hospital Carolina Lupion		3535-5070
Unidade Central de Saúde		3535-7969
Unidade de Saúde Dr. Domingos Cunha		3535-6826
Polícia Militar	190 / 3535-2549	
Delegacia de Polícia	3535-1173	
Corpo de Bombeiros	193 / 3535-6145	
Fórum	3535-1256	
Cartório Eleitoral	3535-1404	
Copel	0800-5100116	
Biblioteca Pública Municipal	3535-6317	
Junta Serviço Militar	3535-5382	
Ciretran	3535-5008	
Casa da Cidadania	3535-2913	
Conselho Tutelar	3535-2920	
Cartório Registro Civil	3535-1735	
Cartório Registro de Imóveis	3535-1338	
Rádio Jaguaraiava	3535-1144	
Agência do Trabalhador	3535-1876	
Aciaja - Assoc. Comercial, Industrial e Agropecuária	3535-2400	
DISQUE DENÚNCIA		
Polícia Militar do Norte Pioneiro	(43)3525-1109	
PM Comando Policiamento do Interior	(42)3222-6677	
Contra abuso e exploração sexual de Crianças e adolescentes	100	
Contra o narcotráfico	181	
Polícia Civil	197	
Violência contra mulher	180	

GOVERNO DO ESTADO	
Ouvidoria do Estado	0800-411113 ou 233-0029
Ouvidoria da Secretaria da Saúde	330-4415
Ouvidoria da Polícia Militar	0800-410090 ou 224-3232
Sanepar	115
Copel	0800-410196
Detran	0800-6437373



EXPEDIENTE



Semanário Oficial do Município de Jaguaraiava

- **Artigo 37 da Constituição Federal**
- **Lei Estadual Complementar 137/2011**
- **Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal**
- **Criado de acordo com a Lei municipal 1942/2009**
- **ACÓRDÃO nº 216 de 11/09/2009**
- **Publicado no AOTC nº 216 de 11/09/2009**
- **Publicado no D.O.E em 14/10/2009**

ESTA É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL COM DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS BANCAS DE JORNAIS E REPARTIÇÕES PÚBLICAS.

Secretaria Municipal de Comunicação Social

Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/n - Cidade Alta

Fone: (43) 3535-5638

Email: comunicacao@jaguariaiva.pr.gov.br

Rosana A. Lopes - Reg. Prof. nº 3194 - PR

Jornalista Responsável

Guarani Artes Gráficas

Rua Lauro Sodré, 313 - Centro - Itararé - SP

CEP: 18460-000 / F: (15) 3532 - 4732

CNPJ: 50.051.531/0001 - 81

TIRAGEM 500 EXEMPLARES

Distribuição de exemplares do
Semanário Oficial do Município
de Jaguaraiava
Gabinete do Prefeito (05) , Secretaria de Administração e Recursos Humanos (10) , Secretaria de Comunicação Social (10) , Secretaria de Finanças e Planejamento (10) , Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente (10) , Secretaria de Saúde (10) , Secretaria de Desenvolvimento Social (10) , Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e Escolas Municipais (60) , Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo (30) , Secretaria de Infraestrutura e Habitação (10) , Procuradoria Geral do Município (10) , Samae (10) , IPASPMJ (10) , Departamento de arquivo e Patrimônio (05) , Departamento de Ensino Profissionalizante e Escolas Estaduais (15) , Recepção da Prefeitura (20) , Departamento de Compras e Licitação (05) , Câmara Municipal (20) , Departamento de Tributação (05) , Hospital Carolina Lupion (10) , Fórum (03) , TRE (03) , Delegacia de Polícia (03) , Vara do Trabalho (03) , 2º Pelotão da PM (03) , Corpo de Bombeiros (03) , Casa da Cidadania (03) , Ciretran (03) , IBGE (03) , Junta Serviço Militar (03) , Procon (03) , Agência do Trabalhador (03) , Biblioteca Pública Municipal (05) , Biblioteca Cidadã (03) , Casa dos Conselhos (05) , Garagem Municipal (05) , Emater (03) , Espaço Cultural Maria Tim (03) , Museu Histórico (03) , Panificadora Pão Nosso (10) , Partidos Políticos (10) , Banca de Jornais e Revistas Cidade Alta (50) , Banca de Jornais e Revistas Lucio (40) .

LEI Nº 2439/2012

SÚMULA:	Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos de Jaguaraiava – PR e dá outras providências.
AUTORIA:	Poder Executivo

A Câmara Municipal de Jaguaraiava Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto na Lei Federal nº. 4.320/64 e no artigo 11, incisos I e XVII alínea a, artigo 67, incisos X e XI da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, dispõe sobre princípios, procedimentos e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos no Município de Jaguaraiava, estabelecem regras referentes ao gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, incluindo a gestão e a prestação dos serviços na área de manejo dos resíduos sólidos urbanos e a Limpeza Pública no Município, além de regular as relações entre os prestadores de serviços e usuários, determinando os seus respectivos direitos e deveres e instituindo o regime de taxas e de infrações e sanções.

Art. 2º - São diretrizes da Política Municipal de Resíduos Sólidos, devendo ser observadas na prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

- I – proteção da saúde pública e da qualidade do meio ambiente;
- II – não geração, redução, reutilização e tratamento de resíduos sólidos, bem como destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III – a segregação na fonte geradora dos resíduos sólidos;
- IV – a responsabilidade dos geradores de resíduos sólidos;
- V – desenvolvimento de processos que busquem a alteração dos padrões de produção e consumo sustentável de produtos e serviços;
- VI – educação ambiental;
- VII – adoção, desenvolvimento e aprimoramento das tecnologias ambientalmente saudáveis como forma de minimizar os impactos ambientais;
- VIII – incentivo ao uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- IX – gestão e gerenciamento integrado dos resíduos sólidos;
- X – articulação entre as diferentes esferas do poder público, visando à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada dos resíduos sólidos;
- XI – capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;
- XII – regularidade, continuidade, funcionalidade, eficiência e universalização da prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos integrais dos serviços prestados, como forma de garantir a sustentabilidade financeira, operacional e administrativa do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos;
- XIII – integralidade ao conjunto dos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- XIV – preferência, nas aquisições governamentais, de produtos recicláveis e reciclados;
- XV – transparência baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- XVI – participação e controle social;
- XVII – adoção de práticas e mecanismos que respeitem as diversidades locais;
- XVIII – integração dos catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam o fluxo de resíduos sólidos;
- XIX – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas.

Art. 3º - São objetivos da Política Municipal de Resíduos Sólidos, devendo ser observadas na prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

- I – controlar e fiscalizar os processos de geração de resíduos sólidos, incentivando a busca de alternativas ambientalmente adequadas;
- II – promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica na gestão dos resíduos;
- III – garantir metas e procedimentos para a crescente melhoria no ciclo produtivo dos resíduos recicláveis e a compostagem de resíduos orgânicos, além da minimização de rejeitos;
- IV – estimular a pesquisa, ao desenvolvimento e à implementação de novas técnicas de gestão, minimização, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;
- V – assegurar a inclusão social no programa de coleta seletiva, garantindo a participação de catadores de materiais recicláveis;
- VI – estimular a conscientização e a participação da comunidade nos programas de manejo de resíduos sólidos, em especial à coleta seletiva e inibição de despejos irregulares.

Art. 4º - O Poder Público e a coletividade são responsáveis pela efetividade das diretrizes e objetivos dispostos nesta Lei, incumbindo ao Município de Jaguaraiava o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em seu território, por meio dos programas definidos nesta Lei ou em legislação específica.

Art. 5º - Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, a Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, a Lei Estadual nº 12453 de 22 de janeiro de 1999, o Decreto Estadual nº 6674/2002, a Lei Orgânica do Município de Jaguaraiava – PR, Decreto nº. 363/2012, datado de 14 de setembro de 2012, relativo a coleta seletiva dos resíduos urbanos; Código de Posturas do Município de Jaguaraiava, Lei Municipal nº. 1826/2008, a Lei Municipal nº 2272/2010, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Jaguaraiava, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, além do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS, pelo Instituto Nacional de Meteorologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 6º. - Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis direta ou indiretamente pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações no fluxo de resíduos sólidos.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS SEÇÃO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 7º - Definem-se como resíduo sólido qualquer substância ou objeto, no estado sólido ou semi-sólido, que resultam de atividades de origem urbana, industrial, de serviços de saúde, rural, especial ou diferenciada.

Art. 8º - Para efeito desta Lei, são adotadas as seguintes

definições:

- I – Resíduos Sólidos Urbanos ou Resíduos Domiciliares: são os resíduos domésticos, gerados em habitações, e, em estabelecimentos comerciais, que por sua natureza e composição, tenham as mesmas características dos gerados em habitações, compostos, sobretudo por resíduos recicláveis, resíduos orgânicos e rejeitos, independente da quantidade gerada;
- II - Resíduos Orgânicos: são os resíduos constituídos exclusivamente de matéria orgânica degradável, passível de compostagem;
- III - Resíduos Recicláveis: são os resíduos constituídos no todo ou em partes de materiais passíveis de reutilização, reaproveitamento ou reciclagem, tais como papéis, plásticos, vidros, metais, isopor, entre outros;
- IV – Rejeitos: são os resíduos que não possuem tecnologia disponível para reciclagem ou não são constituídos exclusivamente de matéria orgânica, restando o tratamento e/ou a destinação final adequados;
- V – Reutilização: processo de reaplicação dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química;
- VI - Reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos, dentro dos padrões e condições definidos pelo órgão ambiental competente, que envolve alteração das propriedades físicas e físico-química, tornando-os novos produtos, na forma de insumos ou matérias-primas destinados a processos produtivos;
- VII – Manejo de Resíduos Sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, com vistas a operacionalizar a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;
- VIII - Limpeza Urbana: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelos Municípios, relativa aos serviços de varrição de logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais (bocas de lobo e bueiros), limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçagem, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos sólidos provenientes destas atividades;
- IX - Ciclo de Vida do Produto: série de etapas que envolvem a produção, desde sua concepção, obtenção de matérias-primas e insumos, processo produtivo, até seu consumo e disposição final;
- X – Fluxo de Resíduos Sólidos: movimentação de resíduos sólidos desde o momento da geração até a disposição final de rejeitos;
- XI - Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos: atividades de desenvolvimento, implementação e operação das ações definidas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a fiscalização e o manejo dos resíduos sólidos;
- XII - Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, com ampla participação da sociedade, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável;

XIII - Logística Reversa: o processo de ações, procedimentos e meios para restituição dos resíduos sólidos aos seus geradores, para que sejam tratados e destinados de forma ambientalmente adequada, ou ainda reaproveitados em seu ciclo ou em outros ciclos de vida de produtos, com o controle do fluxo de resíduos sólidos, do ponto de consumo até o ponto de origem;

XIV - Coleta Seletiva: serviço que compreende a separação e a coleta diferenciada, entendida como a coleta separada de cada uma das tipologias de resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis, possibilitando a destinação final adequada dos rejeitos, a compostagem dos resíduos orgânicos e a reciclagem;

XV – Destinação Final Adequada: técnica de destinação ordenada de rejeitos, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando impactos ambientais adversos;

XVI – Controle Social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação das políticas, de planejamento e de avaliação, relacionados aos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos;

XVII - Geradores de Resíduos Sólidos: são pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que geram resíduos por meio de seus produtos e atividades, econômicas ou não econômicas, inclusive consumo, bem como as que desenvolvem ações que envolvam o manejo e o fluxo de resíduos sólidos definidos nesta Lei;

XVIII - Pequenos Geradores de Resíduos Sólidos Urbanos ou de Resíduos Domiciliares: são pessoas físicas ou jurídicas, que gerem resíduos orgânicos e/ou rejeitos, provenientes de habitações unifamiliares ou em cada unidade das habitações em série ou coletivas, cuja geração de resíduos é regular e não ultrapasse a quantidade máxima de 600 (seiscentos) litros por semana;

XIX - Grandes Geradores de Resíduos Sólidos Urbanos ou de Resíduos Domiciliares: são pessoas físicas ou jurídicas, entes públicos ou privados, proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, cuja geração de resíduos orgânicos e/ou rejeitos, seja em volume superior 600 (seiscentos) litros por semana;

XX – Resíduos da Construção Civil: são os resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras da construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como, tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, entre outros, comumente chamados de entulhos de obras;

XXI - Pequeno Gerador de Resíduos da Construção Civil: pessoas físicas ou jurídicas que geram a quantidade máxima de 1m³ (um metro cúbico) de resíduos da construção civil, por obra;

XXII - Grande Gerador de Resíduos da Construção Civil: pessoas físicas ou jurídicas que geram a quantidade superior a 1m³ (um metro cúbico) de resíduos da construção civil, por obra;

XXIII – Resíduos Públicos: os resíduos provenientes da limpeza pública, entendendo-se esta com conjunto de atividades destinadas a recolher os resíduos sólidos existentes nas vias e outros espaços públicos;

XXIV – Resíduos Verdes Urbanos: os resíduos provenientes da limpeza e manutenção das áreas públicas, jardins ou terrenos baldios privados, como dos serviços de poda, capina, roçagem e varrição, designadamente troncos, ramos e folhas;

XXV – Despejo Irregular: despejo de resíduos sólidos por geradores desconhecidos ou de difícil identificação, em locais inadequados ambientalmente ou sem tratamento, como logradouros públicos, praças, terrenos baldios e fundos de vale;

XXVI – Objetos Volumosos: objetos volumosos fora de uso, que, pelo seu volume, forma ou dimensões, necessitam de meios específicos para remoção, tais como móveis;

XXVII – Resíduos Sólidos Agrícolas: resíduos provenientes de atividades agrícolas e da pecuária, tais como embalagens de fertilizantes e de defensivos agrícolas, rações, restos de colheitas e outros assemelhados;

XXVIII – Resíduos Sólidos Perigosos: os resíduos que apresentem características de periculosidade para a saúde e para o meio ambiente, como resíduos de serviços de saúde, pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias, pneus e outros definidos pela legislação e normas técnicas em vigor;

XXIX – Transportadores de Resíduos Sólidos: são as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos, entre as fontes geradoras e as áreas de destinação;

XXX – Receptores de Resíduos Sólidos: são as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, cuja função seja o manejo de resíduos sólidos em pontos de entrega ou áreas de triagem, entre outras;

XXXI - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS): é o estudo técnico de sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar e reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos, para descrever, desenvolver e implementar ações necessárias ao manejo de resíduos sólidos, referentes à geração, segregação, acondicionamento, tratamento, coleta, transporte e disposição final, cumprimento das etapas previstas nesta Lei, além da legislação ambiental cabível e normas técnicas, e, especialmente diagnosticar e relatar as quantidades de resíduos sólidos, classificados conforme normas técnicas, produzidos pela atividade, de forma a garantir a informação aos órgãos competentes sobre os montantes e práticas adotadas;

XXXII – Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC): é o estudo técnico de gestão que visa reduzir, reutilizar e reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos, para descrever, desenvolver e implementar ações necessárias ao manejo de resíduos sólidos, referentes à geração, segregação, acondicionamento, tratamento, coleta, transporte e disposição final, cumprimento das etapas previstas nesta Lei, em especial a Resolução CONAMA nº 307/2002;

XXXIII - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS): é o estudo técnico de gestão que visa reduzir, reutilizar e reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos, para descrever, desenvolver e programar ações necessárias ao manejo de resíduos sólidos, referentes à geração, segregação, acondicionamento, tratamento, coleta, transporte e disposição final, cumprimento das etapas previstas nesta Lei, em especial a Resolução ANVISA – RDC 306/2004 e pela Resolução CONAMA 358/2005;

XXXIV - Agregado Reciclado: é o material granular proveniente do beneficiamento de resíduos da construção civil, que apresentem características técnicas para a aplicação em obra de edificação, de infraestrutura, em aterros sanitários ou em outras obras de engenharia;

XXXV – Lixão: forma inadequada de disposição de resíduos sólidos, caracterizada pela sua descarga sobre o solo, sem critérios técnicos e medidas de proteção ambiental ou de saúde pública. É o mesmo que descarga a céu aberto;

XXXVI – Aterro Controlado: técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos, com utilização de princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos, cobrindo-os com uma camada de material inerte, porém sem impermeabilização de base, nem sistema de tratamento de chorume ou dos gases gerados;

XXXVII – Aterro Sanitário: método de disposição final dos resíduos sólidos urbanos no solo, em valas, fundamentado em princípios de engenharia e normas operacionais específicas, que tem como objetivo acomodar no solo, no menor espaço possível, com sistema de impermeabilização da base e das laterais, sistema de cobertura, sistema de coleta, drenagem e tratamento do chorume, sistema de coleta de gases, sistema de drenagem superficial e sistema de monitoramento;

XXXVIII – Áreas de Transbordo e Triagem (ATT): são áreas destinadas ao armazenamento temporário de resíduos sólidos, especialmente resíduos da Construção Civil;

XXXIX – Controle de Transporte de Resíduos (CTR): documento emitido pelo gerador ou transportador de resíduos sólidos, que fornece informações sobre gerador, origem, quantidade e destinação dos resíduos e seu destino;

XL – Caçambas Abertas: as caçambas de coleta de resíduos desprovidas de tampa e cadeado de proteção;

XLI – Caçambas Fechadas: as caçambas providas de tampa e mantidas trancadas sempre que não estiverem em uso imediato;

XLII – Lixo Eletrônico: os produtos e os componentes eletroeletrônicos e aparelhos eletrodomésticos, de uso doméstico, industrial, comercial ou do setor de serviços, que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, tais como: componentes periféricos de computadores, monitores e televisores, acumuladores de energia (baterias e pilhas) e produtos magnetizados.

SEÇÃO II DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 9º - Para efeito do gerenciamento integrado e gestão integrada dos resíduos sólidos, os resíduos sólidos serão classificados:

- I - quanto à sua origem:
 - a) resíduos sólidos urbanos: resíduos sólidos gerados por residências, domicílios, estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e os oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que por sua natureza ou composição tenham as mesmas características dos resíduos sólidos gerados nos domicílios;
 - b) resíduos sólidos industriais: resíduos sólidos oriundos dos processos produtivos e instalações industriais, bem como os gerados nos serviços públicos de saneamento básico, excetuando-se os resíduos oriundos do manejo de resíduos sólidos e da limpeza urbana pelo Município;
 - c) Resíduos sólidos de serviços de saúde: resíduos sólidos oriundos dos serviços de saúde, conforme a classificação da Resolução 306/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais regulamentações técnicas pertinentes;
 - d) resíduos sólidos rurais: resíduos sólidos oriundos de atividades agropecuárias, bem como gerados por insumos utilizados nas respectivas atividades;
 - e) resíduos sólidos especiais: aqueles que, por seu volume, grau de periculosidade, de degradabilidade ou de outras especificidades, requeiram procedimentos especiais ou diferenciados para o manejo e a disposição final de rejeitos, considerando os impactos negativos e os riscos à saúde e ao meio ambiente.
- II – quanto às respectivas normas técnicas específicas, a exemplo da NBR 10004:2004 e Resolução CONAMA 307/2002.

CAPÍTULO III

DO GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS SEÇÃO I

Do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 10 - Cabe ao Município de Jaguaraiava realizar ou contratar a realização da revisão, no máximo a cada cinco anos, do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGRS), o qual deverá ser elaborado em consonância com a legislação em vigor, em especial com a Lei Federal nº 11.445/2007, além de atender às particularidades locais do Município.

Parágrafo único. A revisão do plano de manejo dos resíduos sólidos deverá atender os seguintes itens:

- I – caracterização do Município;
- II – visão global dos resíduos sólidos gerados de forma a estabelecer o cenário atual e o futuro no âmbito de sua competência;
- III – diagnóstico da situação dos resíduos sólidos identificados no âmbito da atuação do Município, contendo a origem, a quantificação, a caracterização dos resíduos sólidos gerados e formas de destinação e disposição final praticada;
- IV – identificação de regiões favoráveis para a disposição final adequada de rejeitos;
- V – identificação das possibilidades de soluções, inclusive consorciadas ou compartilhadas, considerando a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;
- VI – identificação dos resíduos sólidos especiais ou diferenciados;
- VII – procedimentos operacionais e especificações mínimas, que deverão ser adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos;
- VIII – estabelecimento de indicadores de desempenho operacional e ambiental;
- IX – definição das atribuições de todos que participem da implementação ou operacionalização;
- X – estabelecimento de programas e ações de capacitação técnica, voltadas à implementação do Plano;
- XI – programa social, contendo as formas de participação dos grupos interessados, inclusive com a indicação de como serão construídas as soluções para os problemas apresentados;
- XII – mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;
- XIII – programa econômico, contendo o sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos e a forma de cobrança e taxas referentes a estes serviços, incluindo os excedentes e a recuperação total dos custos;
- XIV – descrição das formas de participação na logística reversa local;
- XV – meios que serão utilizados para o controle dos geradores de resíduos sólidos sujeitos ao sistema de logística reversa no âmbito local e os instrumentos financeiros que poderão ser aplicados para incentivar ou controlar as atividades dele decorrentes;
- XVI – ações preventivas e corretivas dos procedimentos adotados, incluindo o respectivo programa de monitoramento;
- XVII – estabelecimento de canal de comunicação direto com a sociedade local e garantia de informações a respeito dos resíduos sólidos no Município;
- XVIII – identificação e monitoramento dos passivos ambientais.

Art. 11 - Cabe aos órgãos municipais, no âmbito de suas competências:

- I – fiscalizar as atividades disciplinadas por esta Lei;
- II – orientar os geradores de resíduos sólidos quanto aos procedimentos de recolhimento e disposição de resíduos;
- III – divulgar listagem de transportadores e receptores cadastrados;
- IV – monitorar e inibir a formação de locais de despejo irregular de resíduos sólidos;
- V – implantar um programa de informação ambiental específico para a gestão integrada dos resíduos sólidos.

SEÇÃO II

Dos instrumentos da Política Municipal de Resíduos Sólidos

Art. 12 - São instrumentos da Política Municipal de Resíduos

- Sólidos:
- I – Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
 - II – Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (PGRSS);
 - III – Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
 - IV – Cadastro Municipal de Geradores de Resíduos Sólidos;
 - V – Controle de Transporte de Resíduos;
 - VI – Licenciamento Ambiental;
 - VII – Logística Reversa;
 - VIII – Monitoramento e Fiscalização Ambiental;
 - IX – Programas e Projetos Municipais Específicos;
 - X - Fundo Municipal do Meio Ambiente;
 - XI – Conselho Municipal do Meio Ambiente.

SEÇÃO III

Da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 13 - O sistema de gestão integrada de resíduos sólidos engloba, no todo ou em partes, as fases e atividades abaixo indicadas:

- I – produção ou geração;
- II – acondicionamento;
- III – coleta seletiva;
- IV – transporte;
- V – triagem e tratamento;
- VI – valorização;
- VII – destinação final adequada, compostagem, reciclagem e utilização das melhores tecnologias disponíveis;
- VIII – conservação e manutenção dos equipamentos e das infraestruturas;
- IX – atividades de caráter administrativo, financeiro e de fiscalização.

Parágrafo único. As fases e atividades do sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos são definidas pelo artigo 9º desta Lei ou em regulamentação específica.

CAPÍTULO IV

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS SEÇÃO I

Das Responsabilidades e Atribuições

Art. 14 - Fica instituído o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos, instrumento para a implementação da gestão dos resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos no Município de Jaguaraiava, cujo objetivo é o cumprimento da legislação quanto à redução da produção, segregação na fonte, transporte e destinação final adequada dos resíduos, e regulamentação do exercício das responsabilidades dos grandes geradores de resíduos sólidos urbanos domiciliares, transportadores e receptores de resíduos.

Parágrafo único. Adota-se para fins do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos a seguinte padronização de cores para os sacos plásticos e recipientes para o acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos: resíduos recicláveis: verde; resíduos orgânicos: marrom; rejeitos: cinza.

Art. 15 - Todos os geradores de resíduos sólidos deverão ter como objetivo a não geração de resíduo e a sua redução, a segregação na fonte geradora nas tipologias de resíduos orgânicos, recicláveis e rejeitos, promovendo o adequado acondicionamento, prioritariamente destinando os resíduos gerados novamente ao ciclo produtivo, por meio da respectiva destinação à compostagem, à reutilização ou reciclagem, além da destinação final adequada, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação e normas técnicas.

§ 1º Os resíduos orgânicos devem ser segregados diretamente na fonte geradora, dos demais resíduos recicláveis e rejeitos, de maneira a permitir a compostagem do orgânico e a minimização da geração de rejeitos.

§ 2º O não cumprimento do disposto no caput deste artigo sujeita o infrator às penalidades previstas nesta Lei, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

Art. 16 - É atribuição do Município de Jaguaraiava o planejamento, a execução e fiscalização das ações que visem à garantia da qualidade dos serviços de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos, quer estes sejam executados de forma direta ou indireta.

Art. 17 - Fica atribuída a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, a coleta seletiva, o transporte, o tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos, nos termos da Lei Municipal nº 2369/2011.

Parágrafo único. A disposição final ambientalmente adequada em aterro sanitário implica na disposição única e exclusivamente de rejeitos coletados, não podendo ser dispostos resíduos orgânicos e/ou recicláveis.

Art. 18 - Compete a todos os geradores de resíduos sólidos a responsabilidade pelos resíduos sólidos gerados, compreendendo as etapas de acondicionamento, disponibilização para coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada.

§1º - O pequeno gerador de resíduos sólidos urbanos terá cessada a sua responsabilidade com a disponibilização adequada de seus resíduos

sólidos para a coleta seletiva.

§2º - Somente cessará a responsabilidade do grande gerador de resíduos sólidos quando os resíduos forem reaproveitados em produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos.

§3º - Os condomínios prediais e horizontais, residenciais ou comerciais, compostos exclusivamente pela soma de pequenos geradores, considerados dessa forma pela definição desta Lei, deverão ser adequados para a coleta seletiva, se responsabilizando pela coleta interna, garantindo a prévia segregação dos resíduos sólidos na fonte geradora e acondicionando todos os resíduos de cada pequeno gerador, em recipiente adequado e em ponto específico previamente estabelecido pelo poder público, para acesso do serviço de coleta.

§4º - A fiscalização dos preceitos estabelecidos neste artigo ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Art. 19 - Os grandes geradores são integralmente responsáveis pelos resíduos sólidos decorrentes de suas atividades, devendo suportar todos os ônus decorrentes da segregação, coleta, transporte, compostagem, reutilização e reciclagem, além da destinação final ambientalmente adequada, não podendo, sob qualquer forma, transferi-los à coletividade.

Art. 20 - O serviço público de coleta seletiva estará disponível a todos os pequenos geradores de resíduos sólidos urbanos ou domiciliares, mediante o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

§1º - Os pequenos geradores de resíduos sólidos urbanos deverão promover o acondicionamento adequado dos resíduos, com a sua colocação em condições estanques e de higiene, em sacos plásticos ou em outro recipiente adequado, nas cores definidas nesta Lei nos dias e horas definidos, de forma a evitar o seu espalhamento pela via pública.

§2º - Os pequenos geradores receberão, como parte do serviço público de coleta seletiva, folhetos informativos de como proceder com o processo de separação dos resíduos sólidos urbanos, na forma definida pelo órgão municipal competente.

§3º - Incumbe ao Município ou ao órgão municipal competente, direta ou indiretamente, seguindo os princípios da economicidade e eficiência, disponibilizar alternativas para o adequado acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos dos pequenos geradores, observadas a coleta seletiva nas tipologias de resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis.

§4º - Os recipientes para acondicionamento dos resíduos sólidos deverão ser suficientes para acondicionar todo o volume de resíduos gerados, não podendo ser afixados em logradouro público, bem como deverão estar em perfeitas condições de conservação e higiene.

§5º - Os grandes geradores de resíduos sólidos, aos quais o serviço público de coleta seletiva não estará disponível, ficam dispensados da cobrança pelo serviço público de coleta seletiva, não isentando a responsabilidade do gerador pelos danos que vierem a ser provocados.

Art. 21 - No caso de dano envolvendo resíduos sólidos, a responsabilidade pela execução de medidas mitigatórias, corretivas e preparatórias será da atividade ou empreendimento causador do dano, solidariamente, com seu gerador.

§1º - A responsabilidade disposta no caput somente se aplica ao pequeno gerador de resíduos sólidos urbanos quando o dano decorrer diretamente de sua ação ou omissão.

§2º - O Poder Público deve atuar no sentido de minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento do evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública.

§3º - Caberá aos responsáveis pelo dano ressarcir o Poder Público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas para minimizar ou cessar o dano.

SEÇÃO II

Dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

Art.22 - É responsável pela elaboração e apresentação do respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), o grande gerador de resíduos sólidos urbanos, além dos geradores de resíduos industriais, de serviço de saúde, rurais e especiais, classificados no artigo 9º, inciso I, desta Lei.

§1º - Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) deverão contemplar as seguintes etapas e requisitos mínimos, aos quais os responsáveis deverão dar publicidade:

- I – descrição do empreendimento ou atividade;
- II – visão global das ações relacionadas aos resíduos sólidos, de forma a estabelecer o cenário atual e futuro dos resíduos;
- III – diagnóstico de todos os resíduos sólidos gerados ou manejados no empreendimento ou atividade, com respectiva identificação, caracterização e quantificação;
- IV – objetivos e metas que deverão ser observadas nas ações definidas para os resíduos sólidos;
- V – procedimentos operacionais de segregação na fonte geradora, acondicionamento, coleta, triagem, armazenamento, transporte, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos, em conformidade com o estabelecido no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGRS) e nas normas estabelecidas pelo SISNAMA, observando:
 - a) separação: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada em área de destinação licenciada para essa finalidade;
 - b) acondicionamento: o gerador deverá garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos, as condições de compostagem, reutilização ou reciclagem;
 - c) transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos;
 - d) destinação: a destinação deverá ser dada a estabelecimento devidamente licenciado e capacitado para realizar o serviço de tratamento e compostagem dos resíduos orgânicos, reutilização ou reciclagem para os recicláveis, e destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- VI – previsão das modalidades de manejo e tratamento que correspondam às particularidades dos resíduos sólidos e dos materiais que os constituem e a previsão da forma de disposição final ambientalmente adequada dos respectivos rejeitos;
- VII – estabelecimento de indicadores de desempenho operacional e ambiental;
- VIII – descrição das formas de sua participação na logística reversa e de seu controle, no âmbito local;
- IX – identificação das possibilidades do estabelecimento de soluções consorciadas ou compartilhadas, considerando a proximidade dos locais estabelecidos para estas soluções e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

X – ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de situações de manejo incorreto;

XI – determinação de cronograma para o desenvolvimento de ações de capacitação técnica necessárias à implementação do PGRS e acidentes e monitoramento da implementação;

XII – mecanismos para criação de fontes de negócio, emprego e renda mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII – procedimentos e meios pelos quais divulgará aos consumidores os cuidados que devem ser adotados no manejo dos resíduos sólidos reversos de sua responsabilidade, incluindo os resíduos sólidos especiais;

XIV – periodicidade de sua revisão, considerando o período máximo de 04 (quatro) anos;

XV – adoção de medidas saneadoras dos passivos ambientais.

§2º - O Município poderá dispensar a elaboração do PGRS em razão da quantidade, periculosidade e degradabilidade dos resíduos sólidos gerados, no caso de grandes geradores, desde que de acordo com norma regulamentadora específica.

§3º - Para elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas e diretrizes do PGRS, e ainda, para controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, deverá ser designado profissional técnico responsável habilitado, com atribuições para tanto.

§4º - O PGRS é parte integrante do processo de licenciamento ambiental realizado pelo órgão competente.

§5º - O órgão ambiental municipal exigirá, na forma de regulamentação específica, como condição a obtenção ou renovação de alvará de funcionamento junto ao Município, a apresentação do PGRS e os documentos comprobatórios de sua respectiva implementação.

§6º - A emissão do alvará de funcionamento, pelo órgão municipal competente, para os empreendimentos caracterizados como grandes geradores, deve estar condicionada à apresentação de certidão emitida pelo órgão ambiental, de integral cumprimento do PGRS, comprovadoras da correta triagem,

transporte e destinação dos resíduos gerados.

§7º - A implementação do PGRS pelos geradores pode ser realizada mediante a contratação de serviços de terceiros, mantida a responsabilidade do gerador em relação à destinação final dos resíduos.

§8º - Os geradores de resíduos sólidos, submetidos a contratos com o Poder Público, devem comprovar durante a execução e no término das atividades, o cumprimento das responsabilidades definidas no PGRS.

SEÇÃO III

Da Disciplina dos Transportadores de Resíduos Sólidos

Art. 23 - Os transportadores de resíduos sólidos deverão se cadastrar junto ao Município de Jaguaraiava – PR, na Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.1

§ 1º - O cadastramento deverá ser realizado por ocasião da liberação do primeiro alvará de funcionamento da atividade, por meio do preenchimento de formulário próprio, devendo ser atualizado na renovação do alvará, ou sempre que houver alterações nos dados do cadastro.

§ 2º - As empresas que já possuem alvará de funcionamento, deverão atender o disposto no caput deste artigo dentro do prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 24 - Os transportadores deverão fornecer informações ao Poder Público Municipal, sempre que determinado, acerca dos geradores atendidos, quantidades coletadas e sua destinação.

SEÇÃO IV

Da disciplina dos Receptores de Resíduos Sólidos

Art. 25 - Os receptores de resíduos sólidos devem estar devidamente licenciados junto ao órgão ambiental competente e regularmente cadastrados no Município.

Parágrafo único. Os receptores de resíduos sólidos deverão informar ao órgão ambiental municipal os montantes de cada tipologia de resíduos recebidos, conjuntamente com a identificação de cada gerador.

SEÇÃO V

Da coleta seletiva

Art. 26 - Compete a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente de forma direta ou terceirizada, planejar o sistema e realizar a coleta seletiva e remoção dos resíduos sólidos urbanos de pequenos geradores, de forma diferenciada para cada tipologia de resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis, conforme horários e programação definidos e divulgados previamente à população.

§ 1º - O sistema de coleta seletiva deverá ser continuamente monitorado e aperfeiçoado de forma que o serviço atenda permanentemente a todos os pequenos geradores do Município de Jaguaraiava, de forma a atingir a universalidade, equidade e integralidade dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos.

§ 2º - Cabe ao Município de Jaguaraiava, ao SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e aos prestadores de serviços terceirizados incentivar e ampliar a adequada segregação dos resíduos sólidos na origem, por meio de programa contínuo de educação ambiental e de comunicação.

§ 3º. Aos usuários do serviço de coleta seletiva é assegurado amplo acesso à informação, prévio conhecimento sobre seus direitos e deveres, acesso a um manual explicativo e relatórios periódicos quanto à qualidade do serviço de coleta seletiva.

Art. 27 - Quando os serviços de coleta seletiva e remoção dos resíduos sólidos dos pequenos geradores for realizado de forma terceirizada, a prestadora de serviços deverá fornecer ao Município todos os dados e informações necessárias relativas ao desempenho do serviço prestado, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007 e demais normas legais e contratuais cabíveis, continuando o Município co-responsáveis por estes resíduos.

§ 1º - A empresa prestadora de serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos deverá elaborar e distribuir um manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário, com aprovação do Município.

§ 2º - O Município de Jaguaraiava deverá fiscalizar a realização efetiva da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos realizados por terceirização, para que seja realizado nos padrões técnicos adequados e estabelecidos pela legislação, sem provocar riscos ou danos à saúde pública, ao meio ambiente e ao bem estar da população.

Art. 28 - A coleta seletiva dos resíduos recicláveis constitui parte essencial do Programa Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e será realizada no Município de Jaguaraiava com priorização das ações de geração de renda e incentivo à formação de associações e cooperativas formadas por catadores de materiais recicláveis.

§1º - Para efeitos deste artigo, entende-se por associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis as associações e cooperativas que estiverem formalizadas nos termos da legislação específica e ambiental, constituídas por pessoas físicas de baixa renda, que tenham como principal fonte de renda a catação, e que apresentem sistema de rateio entre os associados e/ou cooperados.

§2º - Compete ao Município de Jaguaraiava fornecer apoio institucional para formação de associações e cooperativas a que se refere este artigo.

§3º - A cooperativa de catadores de materiais recicláveis buscará sua independência e autonomia, de acordo com os princípios da auto-gestão.

Art. 29 - Serão habilitados para coletar os resíduos recicláveis descartados pela Administração Pública direta e indireta, sediada no Município, as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

SEÇÃO VI

Do mobiliário urbano

Art. 30 - Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, cuja atividade envolve o atendimento a clientes, tais como lojas, restaurantes e padarias, deverão obrigatoriamente disponibilizar lixeiras, nas três tipologias, de resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis, proporcional ao espaço e quantidade de resíduos gerados, para incentivar e promover a adequada segregação dos resíduos na origem.

Art. 31 - O mobiliário urbano será adequado ao programa municipal de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, com a devida instalação de lixeiras necessariamente das cores do programa e nas três tipologias de resíduos orgânicos, recicláveis e rejeitos, em harmonia com a paisagem urbana e efetivamente propiciando a possibilidade de segregação na origem, em número suficiente para atender as diversas regiões do Município, conforme planejamento específico.

Art. 32 - Cabe ao Município a implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVS) de resíduos sólidos urbanos, destinados a atender a demanda de pequenos geradores de resíduos, de acordo com o Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, de forma a propiciar a segregação dos resíduos orgânicos, recicláveis e rejeitos na origem.

Parágrafo único. Sempre que os equipamentos estiverem com a capacidade esgotada, conforme devido monitoramento, o serviço de coleta seletiva e remoção dos resíduos sólidos deverá ser realizado, promovendo a adequada destinação a cada tipologia de resíduos sólidos.

SEÇÃO VII

Do tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos

Art. 33 - Será usada a compostagem como processo biológico aeróbico e controlado de transformação dos resíduos orgânicos, previamente triados, em resíduos estabilizados, com propriedades e características diferentes do material que lhe deu origem, cujo composto resultante terá uso definido por meio de estudo prévio.

§ 1º - O processo de compostagem deverá ser licenciado pelo órgão ambiental competente, mediante prévio estudo específico.

§ 2º - Caso o Município disponha de sistema de compostagem licenciado pelo órgão ambiental competente, poderá receber os orgânicos de grande geradores, desde que mediante autorização do órgão ambiental municipal e recolhimento de taxa ambiental.

Art. 34 - Os rejeitos gerados no Município de Jaguaraiava, resultados do processo de segregação na origem e de triagem, deverão ser encaminhadas a destinação final ambientalmente adequada.

§ 1º - O Município disporá de Aterro Sanitário Municipal licenciado para operação, pelo órgão ambiental competente, para receber somente rejeitos, conforme classificação das normas técnicas.

§ 2º - O Aterro Sanitário Municipal receberá os rejeitos dos

pequenos geradores de sua responsabilidade e, mesmo não sendo de sua responsabilidade, poderá receber rejeitos de grande geradores, desde que mediante autorização do órgão ambiental municipal e recolhimento de taxa ambiental de disposição final.

§ 3º - Quando do encerramento do Aterro Sanitário Municipal, pelo esgotamento de sua vida útil, deverá o responsável realizar Plano de Recuperação de Área Degradada, garantida a minimização dos riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 4º - A taxa ambiental de disposição final, cobrada pelo Município ou órgão competente do grande gerador, deverá ser efetivamente relativa ao custo real da implantação e operação do Aterro Sanitário Municipal, equivalente ao preço praticado no mercado.

Art. 35 - Em conformidade com o disposto na Lei Federal 11.445/07, o Município de Jaguaraiava poderá participar juntamente com os outros municípios de Consórcio Intermunicipal para Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos, desde de que de acordo com as normas estabelecidas por esta Lei.

CAPÍTULO V

DA LIMPEZA PÚBLICA E DO DESPEJO IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS

SEÇÃO I

Resíduos Verdes Urbanos

Art. 36 - É proibido colocar nos equipamentos, vias, logradouros e outros espaços públicos os resíduos verdes urbanos, definidos nos termos do inciso XXIV do artigo 8º desta Lei.

Art. 37 - O detentor de Resíduos Verdes Urbanos deve assegurar sua destinação final ambientalmente adequada e a valorização dos resíduos, no local de origem, cumprindo as normas de segurança e salubridade pública, ou assegurar o seu transporte nas devidas condições de segurança e efetuar a destinação em local específico, licenciado, para este fim.

Parágrafo único. Caso o detentor dos resíduos não possua os meios necessários para o cumprimento do caput, poderá solicitar a municipalidade a remoção, quando esta possuir tal serviço, mediante pagamento de taxa especial pela realização do serviço.

Art. 38 - Para destinação final ambientalmente adequada dos resíduos verdes urbanos, o Município deverá priorizar seu reaproveitamento ou transformação.

§ 1º - O Município de Jaguaraiava deverá promover a valorização dos resíduos verdes urbanos, destinando-os ao processo de compostagem para produção de condicionador de solo agrícola, conforme especificações e normas técnicas, com o devido monitoramento do resultado do composto.

§ 2º - Os resíduos verdes urbanos não poderão ser depositados no aterro sanitário.

SEÇÃO II

Remoção de Objetos Volumosos

Art. 39 - É proibido colocar nos equipamentos, vias, logradouros e outros espaços públicos objetos volumosos definidos no inciso XXVI do artigo 8º desta Lei.

§ 1º - O detentor de objeto volumoso deve assegurar seu transporte nas devidas condições de segurança até local onde haverá sua destinação ambientalmente adequada.

§ 2º - Caso o detentor do objeto não possua os meios necessários para o cumprimento do parágrafo anterior, poderá solicitar à municipalidade a remoção, quando esta possuir tal serviço, mediante pagamento de taxa.

Art. 40 - Os objetos volumosos não poderão ser depositados no aterro sanitário.

SEÇÃO III

Do Despejo Irregular

Art. 41 - É proibido o despejo irregular, conforme definição do inciso XXV do artigo 8º desta Lei, de todo e qualquer tipo de resíduo sólido, devendo o gerador promover sua adequada segregação na fonte e acondicionamento.

CAPÍTULO VI

DA LOGÍSTICA REVERSA

Art. 42 - A instituição da logística reversa tem por objetivo:

- I – promover ações para garantir que o fluxo dos resíduos sólidos gerado seja direcionado para a sua cadeia produtiva ou para a cadeia produtiva de outros geradores;
- II – reduzir a poluição e o desperdício de materiais associados à geração de resíduos sólidos;
- III – proporcionar maior incentivo à substituição dos insumos por outros que não degradem o meio ambiente;
- IV – compatibilizar interesses conflitantes entre os agentes econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos;
- V – promover o alinhamento entre os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, com o objetivo de desenvolver estratégias sustentáveis;
- VI – estimular a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;
- VII – propiciar que as atividades produtivas alcancem marco de eficiência e sustentabilidade.

Art. 43 - Os resíduos sólidos deverão ser reaproveitados em produtos na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, cabendo:

- I – ao consumidor:
- a) acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, atentando para práticas que possibilitem a redução de sua geração;
- b) após a utilização do produto, disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reversos para a coleta;
- II – ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:
- a) adotar tecnologias de modo a absorver ou reaproveitar os resíduos sólidos reversos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- b) articular com os geradores dos resíduos sólidos a implementação da estrutura necessária para garantir o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reverso, oriundos dos serviços de limpeza urbana;
- c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;
- III – ao fabricante e ao importador de produtos:
- a) recuperar os resíduos sólidos, na forma de novas matérias primas ou novos produtos em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos;
- b) desenvolver e implementar tecnologias que absorva ou elimine de sua produção os resíduos sólidos reversos;
- c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos revendedores, comerciantes e distribuidores, e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;
- d) garantir, em articulação com sua rede de comercialização, o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos;
- e) disponibilizar informações sobre a localização dos postos de coleta dos resíduos sólidos reversos e divulgar, por meio de campanhas publicitárias e programas, mensagens educativas de combate ao descarte inadequado;
- IV – aos revendedores, comerciantes e distribuidores de produtos:
- a) receber, acondicionar e armazenar temporariamente, de forma ambientalmente segura, os resíduos sólidos reversos oriundos dos produtos revendidos, comercializados ou distribuídos;
- b) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos consumidores;
- c) informar o consumidor sobre a coleta dos resíduos sólidos reversos e seu funcionamento.

§ 1º - O Município ou o responsável pelo serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá cobrar pela coleta, armazenamento e disponibilização dos resíduos sólidos reversos.

Art. 44 - A implementação da logística reversa dar-se-á nas cadeias produtivas, conforme estabelecido em regulamento próprio.

§1º - A regulamentação priorizará a implantação da logística reversa nas cadeias produtivas considerando o grau de impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos sólidos gerados, bem como os efeitos econômicos e sociais decorrentes de sua adoção.

§2º - Os produtos e os componentes eletroeletrônicos considerados lixo eletrônico devem receber destinação final adequada para que não provoquem danos ou impactos negativos ao meio ambiente e à sociedade, sendo a

responsabilidade pela destinação final e solidária entre as empresas que produzam, comercializem ou importem produtos e componentes eletroeletrônicos.

§3º - Para os componentes e equipamentos eletroeletrônicos que contenham metais pesados ou substâncias tóxicas, a destinação final será realizada mediante a obtenção de Licença Ambiental expedida pelo órgão ambiental competente.

Art. 45 - Segue o princípio da logística reversa os resíduos especiais, tais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, pneus, embalagens de agrotóxicos e medicamentos vencidos.

CAPÍTULO VII

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Seção I

Diretrizes e Responsabilidades

Art. 46 - Fica instituído o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil no Município de Jaguaraiava, que estabelece as diretrizes e procedimentos para o exercício das responsabilidades dos pequenos e grandes geradores e respectivos transportadores, que tem por diretrizes:

- I – a melhoria da limpeza urbana;
- II – a possibilidade de exercer, mediante respectiva taxa, o manejo dos resíduos da construção civil de pequenos geradores;
- III – fomentar a redução, a reutilização, a reciclagem e a correta destinação dos resíduos da construção civil;
- IV – a redução dos impactos ambientais, associada à preservação dos recursos naturais.

Art. 47 - Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em Aterros Sanitários destinados aos rejeitos dos resíduos domiciliares, em áreas de “bota fora”, em encostas, corpos d’água, lotes vagos e em áreas protegidas pela Lei.

Art. 48 - A gestão dos resíduos gerados pela construção civil, definidos pelo inciso XXI do artigo 8º desta Lei, é de responsabilidade destes, podendo ser compartilhada com o Poder Público, apenas no caso de pequenos geradores, mediante remuneração.

Parágrafo único. A remoção dos resíduos da construção civil dos geradores poderá ser realizada por transportadores públicos ou privados, mediante remuneração.

Art. 49 - O Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, compreende ações de educação ambiental e de controle e fiscalização, necessárias à gestão desses resíduos.

Art. 50 - São responsáveis solidários pelos resíduos da construção civil, conforme definição contida no inciso XX do artigo 8º desta Lei, as pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, disciplinando-se em especial os geradores, transportadores e receptores de resíduos da construção civil.

Art. 51 - Os geradores de resíduos da construção civil deverão promover a segregação dos resíduos na origem, conforme Resolução CONAMA 307/2002, inclusive para identificação por cores e símbolos, conforme legislação e normas técnicas em vigor.

Parágrafo único. Os geradores de resíduos da construção civil devem utilizar equipamentos de coleta adequados às características dos resíduos da construção civil, respeitando a capacidade dos equipamentos e deverão utilizar exclusivamente os serviços de remoção e transporte dos transportadores cadastrados junto ao Poder Público Municipal.

Seção II

Dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)

Art. 52 - Os grandes geradores de resíduos da construção civil, definidos no inciso XXII do artigo 8º desta Lei, deverão elaborar e implementar os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), que deverão contemplar as seguintes etapas:

- I – caracterização: nesta etapa, os grandes geradores deverão identificar e quantificar os resíduos;
- II – triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade pelo órgão ambiental competente, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas pela Resolução CONAMA 307/2002;
- III – acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e reciclagem;
- IV – transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas para o transporte de resíduos;
- V – destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido nesta Lei.

Parágrafo único. Em todas as obras com atividades de demolição devem incluir o compromisso com a prévia desmontagem seletiva dos componentes da construção, respeitadas as classes estabelecidas pela Resolução CONAMA 307/2002, visando à minimização dos resíduos a serem gerados e sua destinação final ambientalmente adequada.

Art. 53 - Os grandes geradores deverão no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC):

- I - apontar, quando necessário, os procedimentos a serem tomados para a correta destinação de outros resíduos eventualmente gerados, como os resíduos de serviço de saúde e resíduos sólidos urbanos, provenientes respectivamente de ambulatórios ou refeitórios, obedecidas as normas técnicas específicas;
- II - quando contratantes de serviços de transporte, triagem e destinação de resíduos, especificar em seus Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, os agentes responsáveis por estas etapas, que deverão estar devidamente licenciadas;
- III - os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil podem prever o deslocamento, recebimento ou envio, de resíduos da construção civil Classe A, triados, entre empreendimentos licenciados, detentores de Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- IV - quando Entes Públicos, na impossibilidade de cumprimento do disposto no inciso II, em decorrência de certame licitatório, apresentar, para aprovação dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, termo de compromisso de contratação de agente licenciado para execução dos serviços de transporte, triagem e destinação de resíduos.

Parágrafo único. No caso de grandes geradores de pequenas obras, construções, ampliações ou reformas, que não excedam a área total de 600 (seiscentos) metros quadrados, deverão apresentar ao órgão competente PGRCC simplificado, cujo modelo estará disponível em endereço eletrônico do Município, conforme regulamento.

Art. 54 - Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil devem ser assinados pelo profissional responsável pela execução da obra ou por outro profissional devidamente habilitado, com a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART/CREA).

Parágrafo único. São de responsabilidade dos executores de obras ou serviços em logradouros públicos a manutenção dos locais de trabalho permanentemente limpos e a manutenção de registros e comprovantes de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), do transporte e destinação corretos dos resíduos sob sua responsabilidade.

Art. 55 - Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) de empreendimentos e atividades, públicos e privados, devem ser apresentados ao órgão municipal ambiental, ao qual será submetido à aprovação, sendo esta condicionante para obtenção do alvará de construção, reforma, ampliação ou demolição.

§1º - A certidão de aprovação do PGRCC pelo órgão ambiental deverá ser apresentada a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação, nos termos do *caput* deste artigo.

§2º - O Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverá ser analisado inclusive junto ao órgão ambiental competente.

Art. 56 - A emissão do Habite-se ou Aceitação de Obras, pelo órgão municipal competente, para empreendimentos dos grandes geradores de resíduos da construção civil, deve estar condicionada à apresentação de certidão emitida pelo órgão ambiental, de integral cumprimento do PGRCC, que estará baseado em documentos de Controle de Transporte de Resíduos (CTR) ou outros documentos de contratação de triagem, transporte e destinação dos resíduos gerados.

Art. 57 - A execução do PGRCC é de responsabilidade do profissional que o assinou, bem como do responsável técnico pela respectiva obra, podendo ser realizada mediante a contratação de serviços de terceiros habilitados, garantida a responsabilidade do gerador e do responsável técnico.

Seção III

Das Áreas de Transbordo e Triagem (ATT)

Art. 58 - As Áreas de Transbordo e Triagem (ATT) devem

observar a legislação municipal, estadual e federal de controle da poluição ambiental.

Art. 59 - Os empreendedores interessados na implantação de ATT's devem apresentar seu projeto para o licenciamento junto ao órgão ambiental competente e Alvará Municipal.

Art. 60 - As Áreas de Transbordo e Triagem devem obedecer

às seguintes condições:

- I – identificação das atividades que serão desenvolvidas e das respectivas licenças;
- II – definição de sistemas de proteção ambiental;
- III – solução adequada dos acessos, isolamento e sinalização;
- IV – soluções para proteção de águas superficiais e estabilidade geotécnica;
- V – documentação de controle e monitoramento de resíduos recebidos e retirados, conforme Plano de Controle de Recebimento de Resíduos, que deve ser elaborado conforme o previsto nas NBRs 15.112:2004 e 15.114:2004 da ABNT;
- VI – isolamento da área;
- VII – obter a consulta prévia de viabilidade técnica junto aos órgãos ambiental e de planejamento do Município de Jaguaraiava, devendo se cadastrar junto ao Município.

Art. 61 - A operação das Áreas de Transbordo e Triagem (ATT) deverá receber somente os resíduos da construção civil, sendo que o recebimento de resíduos de outras origens, conforme classificação das normas técnicas vigentes, deverá ser licenciado pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Eventuais resíduos de outras origens de que se trata o caput deverão ser devidamente segregados e encaminhados para o tratamento e/ou destinação final adequada.

Art. 62 - Somente serão aceitas descargas de veículos com a devida cobertura dos resíduos neles acondicionados. Os resíduos descarregados na ATT devem:

- I - estarem acompanhados do respectivo Controle de Transporte de Resíduos (CTR);
- II - serem integralmente triados, evitando o acúmulo de material não triado;

§1º - O acondicionamento dos materiais descarregados ou armazenados temporariamente deve impedir o acúmulo de água.

§2º - Os rejeitos que eventualmente estejam na massa de resíduos recebidos deverão ser encaminhados a destinação final ambientalmente adequada.

Seção IV

Dos Transportadores

Art. 63 - Os transportadores de resíduos da construção civil deverão cadastrar-se junto ao Poder Público Municipal.

§1º - O cadastramento deverá ser realizado por ocasião da liberação do primeiro Alvará de Funcionamento da atividade, por meio do preenchimento de formulário próprio, e deverá ser atualizado na renovação do Alvará ou sempre que houver alterações nos dados do cadastro.

§2º - As empresas que já possuem Alvará de Funcionamento deverão atender o disposto no *caput* deste artigo no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir de sua publicação.

§3º - Qualquer veículo não credenciado que estiver executando o transporte de resíduos da construção civil será apreendido e removido para o depósito da Prefeitura Municipal de Jaguaraiava e liberado somente após o pagamento das despesas de remoção e multas devidas.

Art. 64 - Os transportadores de resíduos da construção civil que utilizem caçambas estacionárias deverão atender às exigências estabelecidas nesta Lei, devendo as caçambas estacionárias serem cadastradas junto ao Poder Público Municipal, e observar as especificações e requisitos a seguir:

- I – ser de material resistente e inquebrável;
- II – possuir dimensões máximas de até 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de cumprimento, 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) de largura, 1,40 (um metro e quarenta centímetros) de altura e capacidade de volume máximo de 5m³ (cinco metros cúbicos).
- III – conter sistema de engate simples e adequado para acoplamento ao veículo transportador;
- IV – ser pintadas em cor clara, identificadas com o nome da empresa proprietária, número de ordem de cadastro da empresa junto ao Poder Público Municipal, sequencial de caçambas e do contato telefônico.
- V – conter sinalização, de modo a permitir rápida visualização diurna e noturna e pelo menos 40 m (quarenta metros) de distância, de acordo com as seguintes especificações:
 - a) faixa adesiva refletiva, aprovada pelo DENATRAN, com as dimensões de 30 cm (trinta centímetros) de comprimento por 05 cm (cinco centímetros) de altura, contornando todo o perímetro da caçamba;
 - b) na área mais elevada possível da face ortogonalmente oposta ao sentido de tráfego da via, um triângulo sinalizador, confeccionado com material retro-refletivo;
 - c) quando a face transversal ao sentido de tráfego da via exceder sua largura de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros), como dispõe o artigo 81 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, sobre largura máxima para veículos de carga, deverá o recipiente conter informações sobre o excesso, com a colocação de sinalizador para indicação de largura;
 - d) conter, em qualquer face lateral, a identificação da empresa responsável pela colocação e seu telefone, de forma que não interfira na sinalização de segurança.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer inscrição, propaganda ou publicidade nas caçambas, além da identificação definida no inciso IV.

Art. 65 - O transporte de resíduos, em geral, e de caçambas carregadas deverá ser acompanhado pelo Controle de Transporte de Resíduos (CTR), expedido pela empresa transportadora, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: razão social da empresa transportadora, endereço da sede, telefone, CNPJ, número do CTR, data da retirada da caçamba, endereço de origem do resíduo, descrição e quantidade do resíduo, número da caçamba, placa do caminhão, nome e endereço do receptor do resíduo.

§1º - Os resíduos recolhidos não poderão exceder as bordas laterais e superiores das caçambas, durante todo o período de armazenamento e transporte.

§2º - Os pneus dos veículos transportadores deverão ser lavados ou limpos, antes de saírem do interior da obra, se estes estiverem sujos de terra ou outro tipo de detrito.

§3º - Os responsáveis pela caçamba e/ou locatário deverão manter sempre limpo o local onde aquela estiver colocada.

§4º - O CTR será emitido e disponibilizado pelo Município, devendo o transportador portar uma via impressa do documento no momento do transporte.

Art. 66 - Os veículos transportadores de resíduos e as caçambas passarão por vistoria anual do Poder Público Municipal, para fins de autorização de funcionamento.

Art. 67 - As pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras das caçambas, antes de sua locação e colocação, deverão fornecer documento simplificado de orientação aos usuários de seus equipamentos, com instruções sobre posicionamento da caçamba, volume a ser respeitado, tipos de resíduos admissíveis, tempo de estacionamento, co-responsabilidade, penalidades previstas em Lei e outras instruções que se fizerem necessárias.

Art. 68. Não será permitida a colocação de caçambas:

- I - no leito de vias onde o estacionamento de veículos seja proibido;
- II - nos pontos de coletivos e táxis;
- III - nos locais que conflitem com o dispositivo do art. 181, inciso XXXIX, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, em que fica evidenciada a proibição de veículos de carga, a menos de 10 (dez) metros do alinhamento da construção transversal a via;
- IV - sobre a calçada;
- V – nas vias e logradouros onde, nos dias em que ocorrerem feiras livres, ruas de lazer ou eventos autorizados.

§ 1º - Os locais para colocação de caçambas na região central da sede do Município de Jaguaraiava deverão ser previamente autorizados pelo Poder Público Municipal.

§ 2º - Nas vias públicas onde for proibido o estacionamento em ambos os lados, o Poder Público Municipal poderá, excepcionalmente, permitir a colocação de caçambas por tempo determinado.

§ 3º - Os casos omissos neste artigo serão decididos pelo Poder Público Municipal.

Art. 69 - São proibidas a colocação, a troca e a retirada dos

recipientes no horário noturno, compreendido entre às 18:00 e às 06:00 horas.

Art. 70 - O prazo de permanência de cada caçamba nas vias públicas é de, no máximo, 10 (dez) dias corridos, compreendendo os dias de colocação e retirada do equipamento, para as caçambas fechadas, bem como de 72 (setenta e duas) horas para as caçambas abertas.

§ 1º - Na região central da sede do Município de Jaguariaíva, o prazo para recolhimento das caçambas abertas será de 24 (vinte e quatro) horas e, das caçambas fechadas de 72 (setenta e duas) horas.

§ 2º - É proibida a permanência de caçambas na via pública, quando não estiverem sendo utilizadas para a coleta de resíduos da construção civil, devendo ser armazenadas em local adequado, a ser indicado por ocasião do licenciamento da atividade.

Art. 71 - É obrigatória ao transportador, a utilização de dispositivos de cobertura de carga em equipamentos de coleta, durante o transporte dos resíduos.

Art. 72 - As carroças e veículos à tração animal que transportarem resíduos deverão ser cadastrados junto ao poder público municipal, devendo obedecer às regras de sinalização e demais que couberem, conforme exigência do órgão gestor, devendo levar seus resíduos até as ATTs ou local licenciado para seu recebimento.

Art. 73. Constitui infração, considerada despejo irregular, o depósito de resíduos da construção civil, inclusive materiais de construção, em qualquer quantidade, em vias, passeios, canteiros, jardins, áreas e logradouros públicos e corpos d'água.

Parágrafo único. Os veículos que transportarem os resíduos da construção civil e depositarem em vias, passeios, canteiros, jardins, áreas e logradouros públicos e corpos d'água serão multados, apreendidos e removidos para o depósito da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, cuja liberação, quando determinada pela legislação, será precedida do pagamento das despesas de remoção e multas devidas, além das penalidades cíveis, administrativas e criminais cabíveis.

Seção V Dos Receptores de Resíduos da Construção Civil

Art. 74 - Os receptores de resíduos da construção civil devem estar devidamente licenciados junto ao órgão ambiental competente, não sendo admitidas nas áreas de recepção a descarga de:

I - resíduos de transportadores não regulares, conforme a legislação aplicável;

II - resíduos domiciliares, resíduos industriais e resíduos dos serviços de saúde, entre outros resíduos especiais.

Seção VI Da Destinação dos Resíduos da Construção Civil

Art. 75 - Os resíduos da construção civil devem ser integralmente triados pelos geradores e nas áreas receptoras, segundo a classificação definida na Resolução CONAMA nº 307/2002, e devem receber a destinação final ambientalmente adequada prevista na legislação em vigor.

Parágrafo Único. Os resíduos da construção civil de classe A, devem ser prioritariamente reutilizados ou reciclados.

Seção VII Do Uso de Agregados Reciclados em Obras Públicas

Art. 76 - O Poder Público Municipal deve observar as condições para o uso dos resíduos classe A, na forma de agregado reciclado, nos seguintes casos:

I - em obras públicas de infraestrutura (revestimento primário de vias, camadas de pavimento, passeios, artefatos, drenagem urbana e outras);

II - em obras públicas de edificações (concreto não estrutural, argamassas, artefatos e outros).

§ 1º - As condições para o uso de agregados reciclados devem ser estabelecidas para obras contratadas ou executadas pela Administração Pública direta e indireta, obedecidas as normas técnicas brasileiras específicas.

§ 2º - Todas as especificações técnicas e editais de licitação, para obras públicas municipais, devem fazer, no corpo dos documentos, menção ao disposto neste artigo.

Art. 77 - Ficam definidas as condições para o uso prioritário de agregados reciclados, ou dos produtos que os contenham, na execução das obras e serviços listados a seguir:

I - execução de sistemas de drenagem urbana ou suas partes, em substituição aos agregados convencionais utilizados a granel em embasamentos, nivelamentos de fundos de vala, drenos ou massas;

II - execução de obras, sem função estrutural, como muros, passeios, contrapisos, enchimentos, alvenarias etc;

III - preparação de concreto, sem função estrutural, para produção de artefatos como blocos de vedação, tijolos, meio-fio (guias), sarjetas, canaletas, mурões, placas de muro etc;

IV - execução de revestimento primário (cascalhamento) ou camadas de reforço de subleito, sub-base e base de pavimentação em estacionamentos e vias públicas, em substituição aos agregados convencionais utilizados a granel;

V - Aterro Sanitário.

§ 1º - O uso prioritário destes materiais deve dar-se, tanto em obras contratadas como em obras executadas, pela Administração Pública direta ou indireta.

§ 2º - A aquisição de materiais e a execução dos serviços, com agregado reciclado, devem ser feitas com obediência às normas técnicas específicas.

CAPÍTULO VIII DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Art. 78 - O Município de Jaguariaíva, no âmbito de sua competência, poderá editar normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, para as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, à reciclagem e ao tratamento de resíduos sólidos produzidos no território do Município, bem como para o desenvolvimento de programas voltados à logística reversa, prioritariamente em parceria com cooperativas de catadores de materiais recicláveis reconhecidas pelo Poder Público e formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda.

CAPÍTULO IX DAS PROIBIÇÕES E INFRAÇÕES

Art. 79 - Qualquer violação das disposições presentes nesta Lei e a imposição de penalidades competem aos órgãos municipais com competência fiscalizadora para as atividades objeto desta Lei.

Parágrafo único. O pagamento da multa não elide a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar a situação e a reparar os danos causados que estiverem em desacordo com as disposições contidas nesta Lei.

Art. 80 - As infrações a esta Lei serão notificadas e uma via da notificação será entregue ao infrator mediante recibo ou por meio de Aviso de Recebimento (AR).

Parágrafo único. Se o infrator se recusar a receber a notificação, tal fato será certificado no documento.

Art. 81 - Para o exercício do contraditório e ampla defesa, é assegurado ao infrator o direito de recorrer no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação.

Art. 82 - Ficam proibidas as seguintes formas de disposição final de rejeitos, que não são formas de disposição final ambientalmente adequadas:

I – lançamento nos corpos hídricos e no solo, de modo a causar danos ao meio ambiente, à saúde pública e à segurança;

II – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos, não licenciados para esta finalidade pelo órgão ambiental competente multa de um a cinquenta vezes a Unidade Fiscal do Município (UFM);

III – outras formas vedadas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal, bem como normas técnicas.

Art. 83 - Ficam proibidas, nas áreas de disposição final de rejeitos, as seguintes atividades:

I – catação em qualquer hipótese;

II – fixação de habitações temporárias ou permanentes;

III – trânsito de pessoas sem prévia autorização;

IV – outras atividades que venham a ser definidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 84 - A não observância ao disposto nesta Lei, total ou parcialmente, sujeitará o infrator, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis, ao que segue:

I – multa simples e/ou diária a ser estabelecida de acordo com a infração cometida, contada a partir da notificação do infrator;

II – Cassação das licenças e/ou Alvarás de Funcionamento.

Parágrafo único. Serão punidas com multas simples as seguintes infrações:

I – a realização, não autorizada, de atividade econômica de deposição, remoção, transporte, armazenamento, valorização, tratamento e eliminação dos resíduos sólidos – multa de dez a cinquenta vezes a Unidade Fiscal do Município - UFM;

II – despejo irregular de resíduos sólidos, bem como sua colocação fora dos dias e horários da coleta seletiva ou em acondicionamento inadequado - multa de uma a cinco vezes o valor da UFM;

III – utilização de equipamentos de acondicionamento, deposição e coleta não autorizados ou fora dos padrões determinados, ou em capacidade não suficiente em função da produção de resíduos sólidos – multa de uma a cinco vezes o valor da UFM;

IV – utilização de equipamentos em más condições de higiene e estado de conservação – multa de uma a três vezes o valor da UFM;

V – deposição de resíduos sólidos urbanos diferentes daqueles a que destinam os equipamentos de acondicionamento e deposição – multa de uma a duas vezes o valor da UFM;

VI – destruir, provocar danos e afixar cartazes ou publicidade em recipientes destinados à deposição de resíduos sólidos urbanos – multa de uma a cinco vezes o valor da UFM, além do pagamento de sua reparação ou substituição;

VII – permanência dos recipientes de deposição de resíduos sólidos urbanos, na via pública, fora dos horários fixados para tal feito – multa de uma a cinco vezes o valor da UFM;

VIII – destruir ou danificar o mobiliário urbano – multa de uma a cinco vezes o valor da UFM;

IX – lançar qualquer resíduo sólido nas sarjetas e sumidouros – multa de duas a dez vezes o valor da UFM;

X - poluir a via pública com detritos, nomeadamente de animais – multa de uma a cinco vezes o valor da UFM;

XI – despejar a carga de veículos, total ou parcialmente, com prejuízo para a limpeza pública, sem efetuar a limpeza dos resíduos daí resultante em multa de duas a dez vezes o valor da UFM;

XII – não proceder à limpeza de todos os resíduos provenientes de obras que afetem o asseio das vias e outros espaços públicos – multa de duas a dez vezes o valor da UFM;

XIII – violação de outros dispositivos desta Lei que não expressamente acima mencionados – multa de uma a dez vezes o valor da UFM;

Parágrafo único. As multas serão agravadas para o dobro por cada reincidência.

Art. 85 - A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e seus regulamentos sujeitam os infratores às sanções previstas na Legislação de Posturas, Ambiental, de Uso e Ocupação do Solo e específicas sobre resíduos, além das demais aplicáveis, e, em especial, as dispostas na Lei Federal nº 9.605/1998.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 86 - Todos os geradores, transportadores, receptores e órgãos públicos competentes deverão se enquadrar nos dispositivos desta Lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 87 - Esta Lei entrará em vigor no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Jaguariaíva, 11 de Dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito

ANEXOS

REQUERIMENTO PARA CADASTRAMENTO TRANSPORTADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS

I - Identificação da empresa interessada:

a) Razão Social: _____

b) CNPJ: _____

c) CCM*: _____

d) Endereço:

II – Assunto:

a) Requer inscrição no cadastro da Secretaria;

b) Requer atualização de dados do cadastro.

III - Recebido em ____/____/____.

Carimbo e Assinatura do Funcionário

IV - Termos em que pede deferimento.

Jaguariaíva, ____ de _____ de ____.

Responsável da Empresa Transportadora
Carimbo e Assinatura

V - Documentos que devem ser anexados a este requerimento em conformidade:

a) Capacidade Jurídica;

b) Idoneidade Financeira;

c) Regularidade Fiscal;

d) Capacidade Técnica;

e) Relação de Equipamentos;

f) Declaração de Destino Final.

COMPROVANTE DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO (PROTOCOLO)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Data de entrada: ____/____/____

Carimbo e Assinatura do Funcionário

N.R. *CCM: Cadastro de Contribuintes Mobiliários

CADASTRO DE TRANSPORTADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE GRANDES GERADORES

EMPRESA TRANSPORTADORA: _____

NÚMERO DO CADASTRO: _____

Razão Social: _____

CNPJ: _____

CCM: _____

End.: _____ n.º _____

Município: _____ Bairro: _____

Fone: (____) _____ FAX: (____) _____

Declaro que são verdadeiras as informações contidas neste Cadastro comprometendo-me a informar, em até 03 (três) dias úteis, à Autoridade Municipal toda vez que rescindir ou suspender, por qualquer motivo, contrato de prestação de serviços de coleta com grandes geradores cadastrados na referida autarquia.

Nome do responsável: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do responsável

CADASTRO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTADORES

NÚMERO DO CADASTRO: _____

RAZÃO SOCIAL: _____

PLACA	ANO	Nº RENAVAN	TIPO	CAPACIDADE	TARA	MARCA

Nome do responsável: _____ Data: ____/____/____

Assinatura do responsável

ATENÇÃO!

I - os veículos deverão ser do tipo coletor compactador, contendo dispositivo mecânico ou hidráulico que possibilite a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria e sua posterior descarga, conforme especificações da NBR 12980/1993 da ABNT, com capacidade volumétrica mínima de 06 m³(seis metros cúbicos), dotado de sistema coletor de chorume e sinalização traseira tipo giroflex, ou do tipo "roll-on/roll-off" ou poliguidaste;

II - a idade dos veículos do tipo coletor compactador, inclusive dos equipamentos, deverá ser inferior a 05 (cinco) anos;

III - os demais veículos e equipamentos deverão ter idade inferior a 10 (dez) anos;

IV - os veículos deverão ser de uso exclusivo dos serviços referidos neste decreto, sendo vedada sua utilização para outros fins;

V - os veículos deverão atender os limites ambientais quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância à legislação pertinente;

VI – deverão ser apresentadas as cópias dos documentos dos veículos relacionados neste.

CADASTRO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTADORES

EMPRESA TRANSPORTADORA: _____

Número do cadastro na Secretaria: _____

Razão Social: _____

LOCAL DE DESTINAÇÃO FINAL:

Razão Social	Endereço	Município	Fone	CNPJ

LOCAL UTILIZADO PARA TRATAMENTO:

Razão Social	Endereço	Município	Fone	CNPJ

Nome do Responsável pela Transportadora: _____

Data: ____/____/____

Carimbo e Assinatura do responsável (Transportador)

Observações:

I - A documentação relativa à Capacidade Jurídica consistirá em:

a) cédula de identidade do titular da firma individual, dos sócios das sociedades simples ou empresariais e dos diretores das sociedades anônimas;

b) registro perante a Junta Comercial, no caso de firma individual;

c) ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor e respectivas alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresariais;

d) inscrição, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do Contrato Social, no caso de sociedades simples;

e) arquivamento na Junta Comercial da publicação oficial das atas de Assembleias Gerais que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de Sociedades por Ações, bem como ata da assembleia que elegeu a última diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

g) ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo Órgão Federal, Estadual e Municipal competente, quando a atividade assim o exigir.

II - A documentação relativa à Idoneidade Financeira consistirá em:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa;

b) certidão negativa de concordata ou falência, no caso de sociedades comerciais ou certidões dos Distribuidores Forenses Cíveis, no caso das demais sociedades, da sede da empresa, datada de até 60 (sessenta) dias anteriores ao pedido de inscrição.

III - A documentação relativa à Regularidade Fiscal consistirá em:

a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM, relativo à sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade, sendo que empresas com sede em outro Município também deverão comprovar a inscrição, nesse cadastro, referente à filial localizada no Município de Jaguariaíva;

c) Certidão Negativa de Débito referente ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

d) comprovante de regularidade perante o Município de Jaguariaíva, mediante a apresentação de certidão de quitação de tributos mobiliários expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, exigência essa cabível também no caso de empresas com sede fora do Município de Jaguariaíva;

e) comprovante de regularidade perante a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito por ela expedida.

IV - A comprovação da Capacidade Técnica:

a) será feita pela apresentação de declaração identificando o responsável técnico pela empresa, devidamente registrado.

MODELO DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

À
Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente:

A **(empresa)**, com sede na **(endereço)**, **(município/estado)**, vem pelo presente solicitar AUTORIZAÇÃO para Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos caracterizados como Resíduos da Classe 2, pela NBR 10004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, de estabelecimentos que excedam a geração de 200 (duzentos) litros diários.

Para tanto, anexa ao presente a documentação exigida, a seguir relacionada:

I – Capacidade Jurídica;
II – Idoneidade Financeira;
III – Regularidade Fiscal;
IV –Capacidade Técnica;
V – Relação de Equipamentos;
VI – Declaração de Destino Final.

Jaguaraiava, ____ de ____ de ____.

(Representante legal devidamente qualificado)

Nome: _____

C.P.F: _____

R.G: _____



DECRETO Nº430/2012

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 12.041,62** (doze mil quarenta e um reais e sessenta e dois centavos).

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Otílio Renato Baroni, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº. 4.320/64 e Lei Municipal nº. 2.375 de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguaraiava, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 12.041,62** (doze mil quarenta e um reais e sessenta e dois centavos).

10 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
10.03 - DEPARTAMENTO DE CULTURA
(345) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.079-1000 - MATERIAL DE CONSUMO 12.041,62
Total Suplementação: 12.041,62

Art. 2º - Constitui recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, de acordo com o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Federal nº. 4.320/64, os seguintes recursos:

I – Oriundos do Cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO
02.01 - CHEFIA DE GABINETE
(26) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.006-1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 12.041,62
Total Anulação: 12.041,62

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data e publica-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de dezembro de 2012.

EDSON DA SILVA NAIZER **OTÍLIO RENATO BARONI**
Contador Municipal Prefeito Municipal

DECRETO nº. 431/2012

Decreta os dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2012, e dia 02 de janeiro de 2013, como ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor OTÉLIO RENATO BARONI, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no art. 67, incisos X e XI da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o feriado nacional do dia 25 de dezembro de 2012 (terça-feira) e dia 1º de janeiro de 2013 (terça-feira);

Considerando o recesso de fim de ano concedido nas repartições públicas federais, do dia 21/12/2012 a 06/01/2013,

DECRETA

Artigo 1º. Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais os dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2012, e dia 02 de janeiro de 2013.

§1º. No feriado da emancipação política do Estado do Paraná haverá expediente normal (dia 19 de dezembro), compensando-se com folga no dia 21 de dezembro de 2012.

§2º. Todas as Secretarias Municipais funcionarão nos dias 27 e 28 de dezembro de 2012 em regime de plantão.

Artigo 2º. Serão mantidos os serviços essenciais como os da Saúde (Hospital Carolina Lupion e Unidades Básicas de Saúde), SAMAE e Coleta de Lixo, que funcionarão em esquema de plantão ou rodízio, a ser definido pelo Secretário da Pasta e/ou Autarquia.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 4º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de Dezembro de 2012.

OTÍLIO RENATO BARONI **Prefeito**
JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 432/2012

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor OTÉLIO RENATO BARONI, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, e artigos 85, §2º, inciso II, da Lei Municipal nº. 2155/2010.

RESOLVE

Artigo 1º. **CONCEDER**, a pedido, **LICENÇA SEM VENCIMENTOS**, pelo período de 06 (seis) meses, com base na solicitação sob Protocolo Geral nº. 12293/2012, de 26 de Outubro de 2012, à senhora **ARLETE APARECIDA CUSTÓDIO DOS SANTOS**, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 5.369.031-91 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 602.630.599-87, servidora com cargo em provimento efetivo de ATENDENTE DE CRECHE, sob matrícula nº. 1758, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo, no interesse do serviço público.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor presente data, produzindo efeitos retroativos à 28 de novembro de 2012.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de Dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI **Prefeito**
JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ALCIONE LEMOS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

DECRETO nº. 433/2012

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor OTÉLIO RENATO BARONI, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. **EXONERA**, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº 14261/2012 do cargo de **ENFERMEIRO**, nomeada através do Decreto nº 630/2009, a Senhora **GLAUCIA MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA** portadora do RG nº 9.570.946-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 060.255.059-93.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI **Prefeito**
JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CICERO VIEIRA TORRES NETO
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO nº. 434/2012

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor OTÉLIO RENATO BARONI, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADO** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2011, classificado em 9º lugar o Senhor **JOSÉ LUIZ CONTI**, portador da Cédula de Identidade RG. 10.850.459-5 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 472.756.429-72 para o cargo de provimento efetivo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**, Nível I do quadro de pessoal da administração, o qual desempenhará sua função junto à **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação**, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. O nomeado submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (Art. 41 da CF e art. 21 da Lei Municipal 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI **Prefeito**
JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

MARIANA ANDRETTO BALLONI
Secretária Municipal de Infraestrutura e Habitação

DECRETO nº. 435/2012

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor OTÉLIO RENATO BARONI, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. **EXONERA**, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº 14472/2012 do cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, nomeada através do Decreto nº 673/2009, a Senhora **VERENA CHAVES DIOVAR** portadora do RG nº 8.428.283-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 042.328.779-67.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI **Prefeito**
JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CICERO VIEIRA TORRES NETO
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO nº. 436/2012

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor OTÉLIO RENATO BARONI, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei 1922/2009 e seus anexos e diante do Edital de Homologação do Concurso Público, publicado no Semanário Oficial do Município em datas de 16 e 23 de outubro e ainda conforme protocolos números 51.697-9/09 e 51698-7/09 junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADA** diante aprovação em Concurso Público, classificada em 3º lugar a Senhora **CINTIA KAPKE MEDEIROS**, portadora da Cédula de Identidade RG 6.642.211-9 SSP-SP e inscrita no CPF/MF sob nº. 000.510.829-26 para o cargo de provimento efetivo de **JORNALISTA** Nível I do quadro de pessoal da administração, a qual desempenhará sua função junto à **Secretaria Municipal de Comunicação Social**, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

Artigo 2º. A nomeada submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (Art. 41 da CF e art. 21 da Lei Municipal 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI **Prefeito**
JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

ROSANA ARAUJO LOPES
Secretária Municipal de Comunicação Social

DECRETO nº. 437/2012

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor OTÉLIO RENATO BARONI, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X e XI da Lei Orgânica do Município, com base nas informações prestadas sob Protocolo Geral nº. 14508/2012, e, de forma que permitam o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico financeiro do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Jaguaraiava,

DECRETA

Artigo 1º. Ficam reajustadas as tarifas SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Jaguaraiava – Paraná, conforme valores constantes dos Anexos I à III, que integram este Decreto.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI **Prefeito**
JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

MARIO FONSECA FILHO
Diretor Presidente SAMAE

ANEXO I

TABELA TARIFÁRIA DE ÁGUA

FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARIFÁRIOS
CATEGORIA A (RESIDENCIAL URBANA)	
ATÉ 10m³	R\$ 14,80
DE 11 À 30m³	R\$ 14,80 + R\$ 3,06/m³ exc. 10m³
ACIMA DE 30m³	R\$ 76,00 + R\$ 5,62/m³ exc. 30m³
CATEGORIA A (RESIDENCIAL RURAL)	
ATÉ 10m³	R\$ 14,80
ACIMA DE 10m³	R\$ 14,80 + R\$ 3,06/m³ exc. 10m³
CATEGORIA B (PÚBLICA E INDUSTRIAL)	
ATÉ 10m³	R\$ 57,90
ACIMA DE 10m³	R\$ 57,90 + R\$ 7,42/m³ exc. 10m³
CATEGORIA B (COMERCIAL)	
ATÉ 10m³	R\$ 28,10
ACIMA DE 10m³	R\$ 28,10 + R\$ 7,42/m³ exc. 10m³
TARIFA DE ESGOTO = 50% DA TARIFA DE ÁGUA	

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito

ANEXO II

TABELA DE LIGAÇÕES E SERVIÇOS LIGAÇÕES DE ÁGUA

DIÂMETRO DE LIGAÇÕES P/ TODAS AS CATEGORIAS	À VISTA	2 PAGTOS.	4 PAGTOS.
LIGAÇÃO DE ÁGUA ATÉ 20 MM	R\$ 120,00	R\$ 60,00	R\$ 30,00
LIGAÇÃO DE ESGOTO ATÉ 100 MM	R\$ 60,00	R\$ 30,00	R\$ 15,00

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito

ANEXO III

TABELA DE LIGAÇÕES E SERVIÇOS

OUTROS SERVIÇOS	R\$
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:	
NO CAVALETE POR FALTA DE PAGAMENTO.....	20,14
NO CAVALETE POR FALTA DE PAGAMENTO C/ LACRE VIOLADO.....	36,88
NO CAVALETE POR SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO.....	12,80
NO CAVALETE EM HORÁRIO ESPECIAL.....	24,60
DESLIGAÇÃO POR SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO.....	15,02
VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL POR SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO	23,56

CUSTO DE HORA E MÃO DE OBRA:	
DE ENCANADOR.....	10,24
DE AUXILIAR.....	5,79
COM GEOFONAMENTO.....	15,00
CONSUMO DE ÁGUA DESTINADO A CIRÇOS, PARQUES, ETC:	
CUSTO FIXO DE CONSUMO ATÉ 15 DIAS.....	234,64
CUSTO FIXO MENSAL PARA PERMANÊNCIA SUP. A 15 DIAS.....	366,31
AFERIÇÃO DE HIDROMETROS POR SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO.....	18,09
DESLOCAMENTO DO CAVALETE:	
POR SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO.....	42,51
EXPEDIENTE:	
EMIÇÃO DE 2ª VIA.....	2,38
DIVERSOS:	
CONCERTO DE CAVALETE.....	23,73
MULTAS POR VIOLAÇÃO DE HIDRÔMETRO.....	71,16
INDENIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS NO HIDRÔMETRO.....	71,16
CUSTO DE MÁQUINA.....	97,50
COMPACTADOR DE SOLO (P/DIA).....	16,00
ENTREGA DE CONTA ESPECIAL.....	1,50
ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA.....	

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito

DECRETO nº. 438/2012

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **OTÉLIO RENATO BARONI**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. **EXONERA**, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº 14454/2012, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SARH**, nomeado que fora, através do Decreto nº 412/2011, o Senhor **VALDECI DA SILVA OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.481.123-7 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 473.722.149-04.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 14 de dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito

JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DECRETO nº. 439/2012

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **OTÉLIO RENATO BARONI**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. **EXONERA**, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº 14480/2012, do cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DR. DOMINGOS CUNHA**, nomeado que fora, através do Decreto nº 305/2011, o Senhor **JOÃO MIRANDA JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.738.304-0 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 054.579.099-99.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 14 de dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito

JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CICERO VIEIRA TORRES NETO
Secretário Municipal de Saúde



PROCURADORIA
GERAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2012
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA

EMPRESAS DETENTORAS:

1)- ACHE E ENCAIXE COMERCIO DE MATERIAIS ESCOLARES E DE ESCRITORIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no C.N.P.J/MF nº 95.433.058/0001-35, com sede na Rua Harry Feeken, 1093, Loja 03, Bairro Boneca do Iguaçu, São José dos Pinhais, neste ato representado por Valderéz Moreira Garcia, sócia gerente, portadora do CPF nº301.686.789-34 e RG nº 4.929.258-9.

2) ANDIPEL PAPELARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no C.N.P.J/MF nº14.227.560/0001-98, com sede na Avenida Brasil, 820, Centro, Andirá-PR, neste ato representado por Marcio Henrique Estefanuto, empresário, portador do RG nº4.839.707-7 e CPF nº832.063.709-06, residente e domiciliado na Avenida Cesário Castilho, 510, Centro, Andirá-PR

3) ARAUSUPRI INFORMATICA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrito no C.N.P.J/MF nº07.796/0001-70, com sede na Rua Elias Stainsak, 88, Porto Laranjeiras, Araucaria/PR, CEP83.703-160, neste ato representado por Edina Simone Batista Ferreira, brasileira, empresária, casada, portadora do RG 5.542.460-8/PR e do CPF nº 943.444.009-25, residente e domiciliada na Rua Felix Klechovicz, 570, Bairro Porto Laranjeiras- Araucária/PR

4) J W BLASCZYK & CIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no C.N.P.J/MF nº 02.247.380/0001-99, com sede na Avenida 12 de maio, nº73, Centro, Turvo – PR, neste ato representado por Jaci Wagner Blasczk, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 941.833-4SSP/PR e CPF nº 632.857.389-87, residente e domiciliada na Rua Eucalina Nunes, s/nº, Centro, Turvo –PR.

5) K & K PAPELARIA E INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrito no C.N.P.J/MF nº06.064.658/0001-43, com sede na Rua Nicolau Scheffer, 131, Santa Candida, Curitiba-PR, neste ato representado por Rafael Chiguelo Kimura, brasileiro, casado, portador do RG nº5.530.340-1-SSP/PR e CPF/MF nº859.661.349-87, residente e domiciliado na Rua Coronel José Carvalho de Oliveira nº1481, Uberaba, Curitiba-PR.

6)- NILO TOZZO & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no C.N.P.J/MF nº01.956.134/0001-43, com sede no Acesso Rugero Bonifácio Dal Santo, 70, Letra D, Bairro Bela Vista, Cordilheira Alta – SC, neste ato representado por seu sócio administrador Sr Jair Pedro Tozzo, brasileiro, comerciante, portador do R.G nº900.405 e CPF nº384.397.439-04, residente e domiciliado na rua Paulo Marconi nº79, Centro, Cordilheira Alta, Santa Catarina-SC, outorga poderes a Dinori Gonçalves de Freitas, brasileiro, representante comercial, RG nº42558567 SSP-PR e CPF nº735.757.639-68, residente e domiciliado na Rua dos Antúrios, 82, Bairro Jardim Samambaia Jaguaraiava- PR

7) SOLO COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no C.N.P.J/MF nº11.102.277/0001-41, com sede na Avenida Frederico Lambertucci, 863, Fazendinha, Curitiba-PR, neste ato representado por Andrei Castro Vilha, brasileiro, solteiro, empresário, portador do Rg nº 8.977.610-4-PR e CPF nº050.525.069-10, residente e domiciliado na Rua João Scussiato, 62, Santa Quitéria, Curitiba-PR e Waldomiro Vilha, brasileiro, solteiro, empresário, portador do Rg nº595.454-1-PR e CPF nº278.257.019-68, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, 5.200, Ferraria, Campo Largo – PR.

8)- VIRA FESTA PRESENTES PERSONALIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrito no C.N.P.J/MF nº 82.016.411/0001-30, com sede na Rua Manoelito Carneiro, 354, Centro, Arapoti, PR, neste ato representado por Eloir Aparecido Ferreira da Costa, brasileiro, casado, portador do RG nº3.527.911-3-SSP-PR e CPF nº374.486.419-72.

Consideram-se registrados os itens abaixo relacionados, conforme a empresa vencedora, indicada:
Vencedora: Ache e encaixe Com. de Mat. Esc. e de Escr. Ltda

ITE M	DESCRIPTIVO	Valor unitário	Quantidade	Total
1	Apontador plástico simples com lâmina de aço temperado – preferência na cor verde, marca: KRW.	R\$ 0,06	4000	R\$ 240,00
4	Giz de cera curtom com 12 cores, formato Jumbo: ideal para mãozinhas pequenas, cores vivas e intensas com ótima cobertura, fórmula resistente à queda, estojo exclusivo com berço que garante maior proteção. Similar ou superior a Faber Castel. Marca: Faber Castel.	R\$ 1,43	1800	R\$ 2.574,00
8	Pasta com grampo trilho na cor verde, grampo de plastico, tam. Ofício, marca: Frima.	R\$ 0,46	1100	R\$ 506,00
9	Tesoura escolar com lâmina em aço inox. Pontas arredondadas. Atóxico. Certificado pelo Immetro. Preferência cor verde, marca: KRW.	R\$ 0,63	4000	R\$ 2.520,00
19	caderno universitário, brochura, pautado, 206x300 mm, 48 folhas, capa dura lisa verde, marca: Foroni	R\$ 1,98	2500	R\$ 4.950,00
23	caderno brochura caligrafia1/4, 20,2x14 cm, 40 folhas, miolo off set 56g, capa off set 90g flexível, grampeado com 2 grampos, marca: Foroni.	R\$ 0,41	3300	R\$ 1.353,00
24	régua plástica transparente 30 cm em polietileno com escala de precisão, 310x35x3 cm, marca: Waleu	R\$ 0,22	3300	R\$ 726,00
25	pasta com elástico na cor verde tamanho ofício, marca: Frama	R\$ 0,47	3200	R\$ 1.504,00
			Total	R\$ 14.373,00

Vencedora: Solo Comercial Ltda				
ITE M	DESCRIPTIVO	Valor unitário	Quantidade	Total
2	Borracha branca escolar macia 40, marca: redbor	R\$ 0,08	7300	R\$ 584,00
12	caneta esferografica azul, ponta média de 1 mm, largura da linha 0,4mm, tampa e plug da mesma cor da tinta, tampa ventilada em conformidade com padrão ISSO, bola de Tungstênio, esfera perfeita e muito resistente. Corpo hexagonal que assegura o conforto na escrita e transparente para visualização da tinta de alta qualidade, que seca rapidamente evitando borrões na escrita. Durabilidade: Escreve até 2 Km. Escrita macia . Não contém PVC. Similar ou superior a BIC. marca: BIC	R\$ 0,33	2500	R\$ 825,00
14	caderno universitário quadriculado capa flexível 96 folhas, 20x28 cm, 10x1, com espiral. Marca: Credeal.	R\$ 4,50	70	R\$ 315,00
20	caderno universitário brochura, pautado, 206x300 mm, 96 folhas, capa dura lisa verde. Marca: Credeal.	R\$ 2,58	2000	R\$ 5.160,00
			Total	R\$ 6.884,00

Vencedora: K&K Papelaria Ltda				
ITE M	DESCRIPTIVO	Valor unitário	Quantidade	Total
3	Cola branca escolar não tóxica 90 grs	R\$ 0,50	8600	R\$ 4.300,00
			Total	R\$ 4.300,00

Vencedora: Nilo Tozzo & Cia Ltda				
ITE M	DESCRIPTIVO	Valor unitário	Quantidade	Total
5	LÁPIS DE COR INTEIRO + KIT CONTENDO 2 LAPIS GRAFITE PRETO, 1 BORRACHA E 1 APONTADOR ecolápis, 100% Madeira reflorestada e certificada FSC, formato sextavado, estojo com 12 cores sortidas, mina Macia, mais grossa e resistente , fixada à madeira. Composto por pigmentos aglutinantes de alta qualidade que proporcionam melhor cobertura. Cores vivas e intensas com excelente deposição, traço mais escuro e fácil de apagar. Desliza facilmente sobre o papel e não esfarea. . Atóxico e seguro para uso. Similar ou superior a Faber Castel. marca: Faber Castel.	R\$ 6,07	4000	R\$ 24.280,00
7	Massa de modelar 90G estojo com 6 cores, excelente consistência. Baixa oleosidade. Cores vivas e miscíveis. Atóxico. Textura macia não gruda nas mãos e não esfarea. Reutilizável: não endurece em contato com o ar. *Similar ou superior a Faber Castel. Marca: Acrilix.	R\$ 0,85	1850	R\$ 1.572,50
10	Papel sulfite A4 75g, branco, 1º linha, pacote com 100 folhas. Marca: Chamequinho	R\$ 1,74	8600	R\$ 14.964,00
11	Tinta guache 15ml, tinta lavável da maioria dos tecidos utilizados em uniformes escolares. Fórmula balanceada. Estojo com 6 cores vivas e miscíveis. Frascos com tampa de rosca de alta qualidade, seguro e resistente à queda. Ótima cobertura. Atóxico. Similar ou superior a Faber Castel. marca: Faber Castel	R\$ 2,06	1100	R\$ 2.266,00
			Total	R\$ 43.082,50

Vencedora: Arausupri Informática Ltda				
ITE M	DESCRIPTIVO	Valor unitário	Quantidade	Total
6	LÁPIS GRAFITE PRETO, ecolápis: produzido com madeira 100% reflorestada e com certificação FSC. Madeira macia que garante excelente apontabilidade. Ponta MAX resistente: fórmula com micropartículas ativas. técnica sekural, processo de colagem do grafite à madeira proporcionando maior resistência à quebra. Formato sextavado. Graduação no 2=B. Similar ou superior a Faber Castel. Marca: Faber Castel	R\$ 0,53	15000	R\$ 7.950,00
			Total	R\$ 7.950,00

Vencedora: JW Blasczyk & Cia Ltda				
ITE M	DESCRIPTIVO	Valor unitário	Quantidade	Total
13	caderno universitário pautado, capa flexível 200 folhas, 20x27,5 cm, 10x1, com espiral, marca: panamericana	R\$ 3,84	70	R\$ 268,80
15	papel off set A4 120 g, branco, 1ª linha, pacote com 100 folhas, marca: Credeal	R\$ 12,00	40	R\$ 480,00

22	caderno brochura quadriculado pedagógico 1/4, 20,2x14 cm, 96 folhas, miolo off set 56g, capa off set 90g flexível, grampeado com 2 grampos, marca: Foroni.	R\$ 1,99	8000	R\$ 15.920,00
			Total	R\$ 16.668,80

Vencedora: Vira festa Presentes Personalizados Ltda				
ITE M	DESCRIPTIVO	Valor unitário	Quantidade	Total
16	caderneta A6 96 folhas, capa dura lisa verde, com wire-o preto, pautada, miolo off set 75g com elastico externo, marca: gb	R\$ 4,59	1100	R\$ 5.049,00
18	caderno quadriculado pedagógico universitário, brochura, 206x300 mm, 48 folhas, capa dura lisa verde, marca: tilibra	R\$ 4,14	1800	R\$ 7.452,00
			Total	R\$ 12.501,00

Vencedora: Andipel Papelaria Ltda				
ITE M	DESCRIPTIVO	Valor unitário	Quantidade	Total
17	Caderno cartografia 48 folhas, capa flexível, com espiral, sem seda, 20x28 cm, marca: Credeal	R\$ 1,16	4500	R\$ 5.220,00
21	caderno brochura 1/4, pautado,20,2x14 cm, 96 folhas, miolo off set 56g, capa off set 90g flexível, grampeado com 2 grampos, marca: Tilibra	R\$ 0,87	16000	R\$ 13.920,00
			Total	R\$ 19.140,00

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Jaguaraiava/PR, convida a população para participar da Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento a realizar-se no dia 14 de dezembro de 2.012 às 10 horas no auditório da Biblioteca Municipal Monteiro Lobato .

Contamos com a sua participação.

Mariana Andretto Balloni

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº64/2012.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2012.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA.
EMPRESA DETENTORA: ELIANE FRANCA DE OLIVEIRA. CNPJ/MF Nº nº07.007.516/0001-07.
ASSINATURA: 5 DE NOVEMBRO DE 2012
VIGÊNCIA: 12 MESES

- Consideram-se registrados os preços relacionados desta Ata:

1.1 - Descrição: Lote nº01

Item	Descrição	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
01	Persianas em poliéster	m²	32,40	44,01	1.425,92
02	Sanefa em alumínio	m²	26,70	27,90	744,93
03	Suporte	Uni	34,00	5,58	189,72
04	Persiana horizontal 25mm	m²	1,50	72,84	109,26
05	Serviço de reformas persianas	Uni	6,00	62,00	372,00
06	Persianas office branco 190x2,00 SEMUS	Uni	3,00	271,99	815,97
07	Sanefa alumínio 2,20 - SEMUS	Uni	3,00	63,49	190,47

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº65/2012.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2012.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA.
ASSINATURA: 05 DE NVEMBRO DE 2012.

- Consideram-se registrados os preços das empresas relacionadas abaixo:

1)- ANDIPEL PAPELARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no C.N.P.J/MF nº 14.227.560/0001-98, com sede na Avenida Brasil, 820, Centro, Andira, PR, neste ato representada por Marcio Henrique Estefanuto, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 4.839.707-7SSP/PR e CPF nº 832.063.709-06, residente e domiciliado à Avenida Cesário Castilho, 510, Centro, Andirá – PR.

2)- J W BLASCZYK & CIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no C.N.P.J/MF nº 02.247.380/0001-99, com sede na Avenida 12 de maio, nº73, Centro, Turvo – PR, neste ato representado por Jaci Wagner Blasczk, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 941.833-4SSP?PR e CPF nº 632.857.389-87, residente e domiciliada na Rua Eucalina Nunes, s/nº, Centro, Turvo –PR.

3)- VIRA FESTA PRESENTES PERSONALIZADOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no C.N.P.J/MF nº 82.016.411/0001-30, com sede na Rua Manoelito Carneiro, 354, Centro, Arapoti-PR, neste ato representado por Eloir Aparecido Ferreira da Costa, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Manoelito Carneiro,354, 1º, andar, Centro, Município de Arapoti - PR .

1.1 - Descrição:

ANDIPEL PAPELARIA LTDA ME

Item	Descrição	Unid	Quantidade	Preço	Total
01	PAPEL SULFITE, GRAMATURA 75G/M2, FORMATO A4, MEDINDO (210X297) MM, ALVURA MINIMA DE 90%, OPACIDADE MINIMA DE 87%, UMIDADE ENTRE 3,5% (+/-1,0), CORTE ROTATIVO, PH ALCALINO, NA COR BRANCA, CAIXA COM 10 RESMAS, SIMILAR OU SUPERIOR A CHAMEX. - Marca: RIPAX	Cx	101	91,00	9.191,00
04	Lápis preto escolar HB nº 2 - longo, ultra-resistente,não quebra com facilidade, escrita macia, certificado pelo Immetro, produto nacional. - Marca: LEO E LEO	Cx	16.000,00	0,13	2.080,00
09	Fita dupla face	emb	58,00	13,40	777,20

	(embalagem com 8 rolos de 12mm x 30 m) - Marca: TIGH TAPE				
10	Fita crepe (embalagem c/ 06 rolos de 19mm x 50 m) - Marca: ADELBRAS	emb	58,00	9,65	559,70
11	Fita lacre transparente (embalagem c/ 5 rolos de 50 mm x 50 - Marca: TIGH TAPE	emb	58,00	8,90	516,20
12	Fita adesiva transparente (embalagem com10 rolos de 12mm x 30m) - Marca: TIGH TAPE	emb	58,00	4,40	255,20
13	Apagador com depósito - peça em madeira pinus, com colagem de feltro, para quadro negro, estojo para armazenar giz escolar - Marca: SOUZA	uni	200,00	1,80	360,00
14	Caixa de arquivo morto polionda verde - Marca: ALAPLAST	Uni	310,00	1,90	589,00
15	Papel bobina kraft 60 cm - Marca: SAMPÁ	Uni	53,00	30,00	1.590,00

J. W. BLASCZYK & CIA LTDA ME					
Item	Descrição	Unid	Quantidade	Preço	Total
2	Caneta azul esferográfica, com tampa ventilada, corpo hexagonal transparente, esfera de tungstênio, ótimo rendimento, sem falhar, ponta média de 1,00 mm, caixa com 50 unidades, com certificado Inmetro, similar Bic. - Marca: BIC	Cx	34,00	16,84	572,56
3	Cola branca adesivo vinílico disperso em água, odor característico e média viscosidade, após seco apresenta uma película transparente, plastificada, de alta resistência ao descolamento, cola papel, madeira, couro, frasco de 1 kg. Validade 24 meses. - Marca: MARIPEL	Uni	80,00	7,99	639,20
17	Toner preto 78A / CE278A (p/ impressora HP M1536 cartucho original, cor tinta preta, novo e de primeiro uso, não recarregado, não reciclado e não remanufaturado, produto original do fabricante do equipamento, com o minimo 12 (doze) meses de validade. Embalagem: deverá conter etiqueta indicando a procedencia do item. - Marca: HP	Uni	7,00	238,49	1.669,43

VIRA FESTA PRESENTES PERSONALIZADOS LTDA					
Item	Descrição	Unid	Quantidade	Preço	Total
5	Pincel atômico azul DE 1°LINHA cx c/12 und PRODUTO NACIONAL - Marca: LEONORA	Cx	39	36,28	1.414,92
8	Pincel atômico vermelho 1100P escrita grossa, recarregável 1º linha cx / 12 und similar a PILOT. - Marca: LEONORA	Uni	39	36,28	1.414,92
16	filme p/fax Brother Modelo 575 - Marca: BX	Uni	20	42,90	858,00

EXTRATO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº127/2012. OBJETO: Contratação da empresa para fornecimento e serviço de colocação de persianas na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e no Hospital Carolina Lupion. Abertura: 08/10/2012. Homologação: 05/11/2012. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº377/2012. Contratado: ELIANE FRANCA DE OLIVEIRA. CNPJ nº nº07.007.516/0001-07. Valor global contratual: 3.848,27(três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos). Vigência: 31 de dezembro de 2.012. Assinatura: 31/12/2012.

EXTRATO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº128/2012. OBJETO: contrato tem como objeto: para eventual aquisição de material de expediente para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e Hospital Carolina Lupion e Secretaria de Governo. Abertura: 08/10/2012. Homologação: 05/11/2012. ASSINATURA: 05/11/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº378/2012. Contratado: ANDIPEL PAPELARIA LTDA. CNPJ nº 14.227.560/0001-98. Valor global contratual: 15.918,30(quinze mil, novecentos e dezoito reais e trinta centavos. Vigência: 31 de dezembro de 2.012. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº379/2012. Contratado: J W BLASCZYK & CIA LTDA – ME. CNPJ nº 02.247.380/0001-99. Valor global contratual: R\$2.881,19(dois mil, oitocentos e oitenta e um reais e dezenove centavos) ASSINATURA: 05/11/2012. Vigência: 31 de dezembro de 2.012.CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº389/2012. Contratado: .VIRA FESTA PRESENTES PERSONALIZADOS LTDA ME. CNPJ nº 82.016.411/0001-30. Valor global contratual: R\$3.687,84(três mil, seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos). ASSINATURA: 05/11/2012 Vigência: 31 de dezembro de 2.012.

EXTRATO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº132/2012. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de exames de eletrocardiografia transtelefônica, com uma cota mensal de 110 (cento e dez) exames/mês para atender as necessidades do Hospital Carolina Lupion.. Abertura: 19/11/2012. Homologação: 30/12/2012. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº393/2012. Contratado: CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA SC LTDA. CNPJ/MF nº 04.071.210/0001-21). Valor Global Contratual: R\$14.400,00(quatorze mil e quatrocentos reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 07/12/2012.

EXTRATO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº134/2012. OBJETO: Contratação de empresa para eventual aquisição de kit escolar 2013 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Abertura: 26/11/2012. Homologação: 07/12/2012.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº394/2012. Contratado: ACHE E ENCAIXE COM DE MAT ESC E ESCR, LTDA.. CNPJ/MF nº 95.433.058/0001-35. Estimativa de Fornecimento: R\$14.373,00(quatorze mil, trezentos e setenta e três reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 07/12/2012.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº395/2012. Contratado: ANDIPEL PAPELARIA LTDA.. CNPJ/MF nº 14.227.560/0001-98. Estimativa de Fornecimento: R\$19.140,00(dezenove mil, cento e quarenta reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 07/12/2012.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº396/2012. Contratado: ARAUSUPRI INFORMATICA LTDA ME.. CNPJ/MF nº 07.796/0001-70. Estimativa de Fornecimento: R\$7.950,00(sete mil, novecentos e cinquenta reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 07/12/2012.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº397/2012. Contratado: J W BLASCZYK & CIA LTDA - ME.. CNPJ/MF nº 02.247.380/0001-99. Estimativa de Fornecimento: R\$16.668,80(dezesseis mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos). Vigência: 12 meses. Assinatura: 07/12/2012.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº398/2012. Contratado: K & K PAPELARIA E INFORMATICA LTDA.. CNPJ/MF nº 06.064.658/0001-43. Estimativa de Fornecimento: R\$4.300,00(quatro mil, trezentos reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 07/12/2012.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº399/2012. Contratado: NILO TOZZO & CIA LTDA.. CNPJ/MF nº 01.956.134/0001-43. Estimativa de Fornecimento: R\$43.082,50(quarenta e três mil oitenta e dois reais e cinquenta centavos). Vigência: 12 meses. Assinatura: 07/12/2012.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº400/2012. Contratado: SOLO COMERCIAL CNPJ/MF nº 11.102.277/0001-41. Estimativa de Fornecimento: R\$6.884,00(seis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 07/12/2012.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº401/2012. Contratado: VIRA FESTA PRESENTES PERSONALIZADOS LTDA. CNPJ/MF nº 82.016.411/0001-30. Estimativa de Fornecimento: R\$12.501,00(doze mil, quinhentos e um reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 07/12/2012.

EXTRATO – PROTOCOLO Nº14226/2012. 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL. PREGÃO PRESENCIAL Nº100/2012. OBJETO: adita-se o contrato original, prorrogando-se o prazo contratual, pelo período de mais 12 meses ou seja até 20 de dezembro de 2.013. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 367/2011. CONTRATADA: IPÊ INFORMÁTICA LTDA. CNPJ/MF Nº 04.263.321/0001-30. Assinatura: 11 de Dezembro de 2012.

EXTRATO – PROTOCOLO Nº14304/2012. 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL. PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2012. OBJETO: adita-se o contrato original, prorrogando-se o prazo contratual até 24 de abril de 2.013. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2012. CONTRATADA: FERRAGENS BENATO LTDA - EPP. CNPJ/MF Nº 77.776.557/0001-43. Assinatura: 11 de Dezembro de 2012. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2012. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2012. CONTRATADA: IRMÃOS VALENGO LTDA EPP. CNPJ/MF Nº 78.320.694/0001-31. Assinatura: 11 de Dezembro de 2012.CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2012. CONTRATADA: COMERCIO DE TINTAS SILVA E SOUZA LTDA. CNPJ/MF Nº 10.175.691/0001-18. Assinatura: 11 de Dezembro de 2012.

EXTRATO – PROTOCOLO Nº14305/2012. 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL. PREGÃO PRESENCIAL Nº120/2012. OBJETO: adita-se o contrato original, prorrogando-se o prazo contratual por mais 120 dias, ou seja, até 30 de abril de 2.013. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 367/2012. CONTRATADA: A P MACHADO DE ALMEIDA & CIA LTDA. CNPJ/MF Nº 05.556.653/0001-75. Assinatura: 11 de Dezembro de 2012.

EXTRATO – PROTOCOLO Nº14305/2012. 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL. PREGÃO PRESENCIAL Nº120/2012. OBJETO: adita-se o contrato original, prorrogando-se o prazo contratual por mais 120 dias, ou seja até 30 de abril de 2.013. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2012. CONTRATADA: FERRAGENS BENATO LTDA - EPP. CNPJ/MF Nº 77.776.557/0001-43. Assinatura: 11 de Dezembro de 2012.

EXTRATO – PROTOCOLO Nº14116/2012. 2º TERMO ADITIVO CONTRATUAL. TOMADA DE PREÇOS Nº15/2012. OBJETO: adita-se o contrato original, prorrogando-se o prazo contratual, pelo período de mais 4 meses ou seja de 27 de dezembro de 2.012 até 27 de abril de 2013. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 339/2012. CONTRATADA: SANTEX GLOBAL COMÉRCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ/MF Nº 13.516.914/0001-51. Assinatura: 12 de Dezembro de 2012.

PORTARIA Nº 70/2012

A Procuradora Geral do Município de Jaguariaíva, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 112/2009, e de acordo com o Decreto nº 343/2011, que constituiu a C.A.D.P.- Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

RESOLVE

Prorrogar a sindicância para apuração dos fatos e responsabilidade descritos no protocolo 12752/2012, que informa sobre um furto ocorrido na Escola Municipal Antônio Fanchin na data de 02/11/2012.

Publique-se, registre-se e anote-se.

Jaguariaíva, 11 de dezembro de 2012.

Tania Maristela Munhoz
Procuradora Geral do Município

PORTARIA Nº 71/2012

A Procuradora Geral do Município de Jaguariaíva, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 112/2009, e de acordo com o Decreto nº 343/2011, que constituiu a C.A.D.P.- Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

RESOLVE

Prorrogar a sindicância para apuração dos fatos e responsabilidade descritos no protocolo 12304/2012, que informa sobre um sinistro na data de 27/09/2012, ocorrido na Av. Conde Francisco Matarazzo esquina com a Travessa Euzébio Delgado, envolvendo o veículo Ford/Cargo 1317, placas ARB-5279 de propriedade da Prefeitura Municipal de Jaguariaíva, conduzido no dia dos fatos por Leonardo Alves Ribeiro.

Publique-se, registre-se e anote-se.

Jaguariaíva, 12 de dezembro de 2012.

Tania Maristela Munhoz
Procuradora Geral do Município



EDITAL DE CONVOCAÇÃO 105

O Prefeito de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor Otélio Renato Baroni, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2009 e 02/2009 e Decreto 186/2010, resolve:

CONVOCAR

Em virtude do não comparecimento, bem como o não preenchimento dos requisitos para investidura, de alguns convocados, obedecendo a ordem classificatória, através dos editais de convocação de 01 a 104 os candidatos abaixo, aprovados no Concurso Público Municipal, para, no período de **14 de dezembro a 24 de dezembro de 2012**, para apresentarem os seguintes documentos e marcarem a data do seu exame pré-admissional junto à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

- ✓ Carteira de Identidade – Original e Fotocópia;
- ✓ C.P.F. – Original e Fotocópia;
- ✓ Certidão de Nascimento ou Casamento – Original e Fotocópia;
- ✓ Comprovante de inscrição no PIS / PASEP;
- ✓ Título de Eleitor – Original e Fotocópia;
- ✓ Certificado do grau de escolaridade, exigido para o cargo – Original e Fotocópia;
- ✓ Habilitação no órgão de classe – Original e Fotocópia;
- ✓ 02 duas Fotos 3x4 recentes;
- ✓ Certidão de Quitação das obrigações eleitorais, expedida pelo Cartório Eleitoral;
- ✓ Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para homens) – Original e Fotocópia;
- ✓ Certidão Negativa de Distribuição de feitos Cíveis dos últimos 05 (cinco) anos da Justiça (Estadual e Federal) da cidade e comarca de origem;
- ✓ Certidão Negativa de Distribuição de feitos Criminais dos últimos 05 (cinco) anos da Justiça (Estadual e Federal) da cidade e comarca de origem;
- ✓ Declaração Negativa de Acúmulo de Cargos Públicos, ou quando for o caso de acumulação legal, documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Declaração que não recebe proventos de Aposentadoria de nenhum regime próprio, conforme disposto no artigo 37, § 10, da Constituição Federal, documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade de Demissão a bem do serviço público, documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Declaração de Bens e Valores, conforme disposto no Artigo 13 da Lei nº 8.429/1992 e Artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jaguariaíva (Lei nº 2155/2010), documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Laudo médico de aptidão física e mental, expedido por médico credenciado pelo Município.
- ✓ Comprovante de endereço;

INSCRIÇÃO	CLASS	NOME	CARGO	JUSTIFICATIVA
60083	34º	KAREN GRUBE GLAUSER	ENFERMEIRO	PARA PREENCHER A VAGA DE GLAUCIA MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA, EXONERADA A PEDIDO ATRAVES DO PROTOCOLO GERAL Nº 14261/2012
63183	30º	CARINA DALCOL LEITE	ASSISTENTE SOCIAL	DEVIDO AO NÃO COMPARECIMENTO DE MARCIA FERREIRA NOGUEIRA
62496	39º	MATHEUS RISSATTO RIVOIRO	ADVOGADO	PARA PREENCHER A VAGA DE ANA PAULA ALBERTO E AINDA DEVIDO AO NÃO COMPARECIMENTO DE DIOGO SOUZA GON
60430	24º	LARISSA VIEIRA SADECK DOS SANTOS	PSICOLOGO	DEVIDO A DESISTÊNCIA DE VILCILAINE GONÇALVES
60246	41º	FERNANDA RAINE DA SILVA	MONITOR	PARA PREENCHER A VAGA DE MARCOS ALVES DE ALMEIDA, EXONERADO A PEDIDO ATRAVES DO PROTOCOLO GERAL Nº 13911/2012
332	2º	ROBSON MAURICIO LEMES	SOLDADOR	PARA PREENCHER A VAGA DE OTAVIO GARCIA NETO, EXONERADO A PEDIDO ATRAVES DO PROTOCOLO GERAL Nº 13962/2012
050	3º	NELSON MARTINS DE MELLO	ARMADOR DE FERRAGENS	PARA PREENCHER A VAGA DE ROSNEI LABRES DE ALMEIDA, EXONERADO A PEDIDO ATRAVES DO PROTOCOLO GERAL Nº 13870/2012
61855	142º	ANDREIA MARTINS SOUZA	TECNICO EM ENFERMAGEM	PARA PREENCHER A VAGA DE VERENA CHAVES DIOVAR, EXONERADA A PEDIDO ATRAVES DO PROTOCOLO GERAL Nº 14472/2012

Jaguariaíva, 13 de dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito Municipal

JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 29 REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO 001/2011

O Prefeito de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor Otélio Renato Baroni, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2011, resolve:

CONVOCAR

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação 001/2011 para, no período de **14 de**

dezembro a 24 de dezembro de 2012, para apresentarem os seguintes documentos e agendar a data do seu exame pré-admissional junto a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

- ✓ Carteira de Identidade – Original e Fotocópia;
- ✓ C.P.F. – Original e Fotocópia;
- ✓ Certidão de Nascimento ou Casamento – Original e Fotocópia;
- ✓ Comprovante de inscrição no PIS / PASEP;
- ✓ Título de Eleitor – Original e Fotocópia;
- ✓ Certificado do grau de escolaridade, exigido para o cargo – Original e Fotocópia;
- ✓ Habilitação no órgão de classe – Original e Fotocópia;
- ✓ 02 duas Fotos 3x4 recentes;
- ✓ Certidão de Quitação das obrigações eleitorais, expedida pelo Cartório Eleitoral;
- ✓ Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para homens) – Original e Fotocópia;
- ✓ Certidão Negativa de Distribuição de feitos Cíveis dos últimos 05 (cinco) anos da Justiça (Estadual e Federal) da cidade e comarca de origem;
- ✓ Certidão Negativa de Distribuição de feitos Criminais dos últimos 05 (cinco) anos

- da Justiça (Estadual e Federal) da cidade e comarca de origem;
- ✓ Declaração Negativa de Acúmulo de Cargos Públicos, ou quando for o caso de acumulação legal, documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Declaração que não recebe proventos de Aposentadoria de nenhum regime próprio, conforme disposto no artigo 37, § 10, da Constituição Federal, documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade de Demissão a bem do serviço público, documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Declaração de Bens e Valores, conforme disposto no Artigo 13 da Lei nº 8.429/1992 e Artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jaguariáiva (Lei nº 2155/2010), documento a ser preenchido na Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
- ✓ Laudo médico de aptidão física e mental, expedido por médico credenciado pelo Município.
- ✓ Comprovante de endereço;

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
24º	IERICA CRISTINA DE MATOS MELO	199	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO
25º	ALINE RODRIGUES MOREIRA	595	EM ATENDIMENTO AO PROTOCOLO GERAL Nº 13893/2012

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaguariáiva, em 13 de dezembro de 2012.

OTÉLIO RENATO BARONI
Prefeito Municipal

JOSIAS ZACHAROW PEDROSO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

RELAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA PÚBLICA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA	CORRET.
★ 1	Ambulância Fiat/ducato M. Jaedi	2010	ATA-9167	Saúde-Hospital	2009/2012	101.900,00	2141	P.Seguro
★ 2	Ambulância Ford-Transit TCA	2010	ATF-8919	Saúde-Hospital	2009/2012	146.500,00	2140	P.Seguro
★ 3	Traffic/Chevrolet(doação Norske Skog)	1995/1995	AFL-4467	Saúde-Distrito	2009/2012	DOAÇÃO	50009	MAPFRE
★ 4	Micro ônibus	2009/2009	ARQ-3970	Saúde-SUS	2009/2012	128.750,00	4999	MAPFRE
★ 5	VW/Gol 1.6 POWER	2010/2011	ASS-9473	Saúde	2009/2012	37.000,00	2157	MAPFRE
★ 6	VW/Kombi	2010/2011	ATY - 1126	Saúde-Hospital	2009/2012	48.270,00	3365	MAPFRE
★ 7	VW/Kombi	2010/2011	ASY-8212	Saúde	2009/2012	44.000,00	2204	P.Seguro
★ 8	VW/Saveiro 1.6 CS	2012/2012	AVL-1879	Saúde	2009/2012	33.665,00	50104	
★ 9	VW/Gol 1.0 GIV	2012/2013	AVL-1882	Saúde	2009/2012	27.000,00	50102	
10	Ambulância Fiat/ducato C. Rontan	2005	AMT-7472	Hospital-Estado	ANTERIOR			MAPFRE
11	Ambulância Kia Besta	2001	AAK-4837	hospital	ANTERIOR		50008	MAPFRE
12	Ambulância Renault/Máster	2006	ANM-9805	Hospital-Estado	ANTERIOR			MAPFRE
13	Micro ônibus	2009/2009	ASE-1561	Saúde-Estado	ANTERIOR			MAPFRE
14	Fiat Ducato - Van	2007/2008	APD-1737	Saúde-SUS	ANTERIOR		50010	MAPFRE
15	Fiat Ducato - Van	2007/2008	APD-1756	Saúde-SUS	ANTERIOR		50011	MAPFRE
16	Parati 1.8	2008	APL-4046	Saúde-SUS	ANTERIOR		50013	MAPFRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA	CORRET.
★ 17	VW/Gol 1.0 GIV	2010/2011	ASS-2271	Educação	2009/2012	25.495,00	2171	MAPFRE
★ 18	VW/Gol 1.0 GIV	2010/2011	ASS-2269	Educação	2009/2012	25.495,00	2156	MAPFRE
★ 19	VW/Kombi	2009/2009	ARB-9511	Educação	2009/2012	44.075,00	2160	MAPFRE
★ 20	VW/Kombi	2009/2009	ARB-9509	Educação	2009/2012	44.075,00	2145	MAPFRE
★ 21	VW/Kombi	2009/2009	ARB-9515	Educação	2009/2012	44.075,00	2206	MAPFRE

★ 22	VW/Kombi	2009/2009	ARB-9512	Educação	2009/2012	44.075,00	2161	MAPFRE
★ 23	VW/Kombi	2009/2009	ARB-9507	Educação	2009/2012	44.075,00	2135	MAPFRE
★ 24	VW/Kombi	2009/2010	ARZ-7344	Educação	2009/2012	44.000,00	2138	MAPFRE
★ 25	VW/Kombi	2009/2010	ARZ-7368	Educação	2009/2012	44.000,00	2162	MAPFRE
★ 26	VW/Kombi	2009/2010	ARZ-7335	Educação	2009/2012	44.000,00	2205	MAPFRE
★ 27	VW/Kombi	2011/2012	AUC-8107	Educação	2009/2012	44.270,00	50039	MAPFRE
★ 28	VW/Kombi	2010/2011	ASR-1445	Educação	2009/2012	45.038,00	2142	P.Seguro
★ 29	VW/Kombi	2010/2011	ASR-1448	Educação	2009/2012	45.038,00	2144	P.Seguro
★ 30	VW/Kombi	2010/2011	ASR-1447	Educação	2009/2012	45.038,00	2143	P.Seguro
★ 31	Micro ônibus	2009/2009	ARZ-7372	Educação	2009/2012	126.750,00	2150	MAPFRE
★ 32	Micro ônibus	2009/2009	ARD-6153	Educação	2009/2012	126.750,00	2139	MAPFRE
★ 33	Micro ônibus	2009/2009	ARD-6155	Educação	2009/2012	126.750,00	4998	MAPFRE
★ 34	ÔnibusW/15.190 EOD E. ORE	2010/2011	ATV-9560	Educação	2009/2012	198.000,00	2377	MAPFRE
★ 35	ÔnibusW/15.190 EOD E. ORE	2010/2011	ATV-9558	Educação	2009/2012	198.000,00	2376	MAPFRE
★ 36	Ônibus Mercedes Benz	1993	HOM-6201	Educação	2009/2012	45.000,00	50027	P.Seguro
★ 37	Ônibus marcopolo/volavole 31p.	2011/2012	AVE-9912	Educação	2009/2012	150.500,00	50092	
★ 38	Ônibus vw15.190EOD EscolarSuper	2011	AVB-5445	Educação	2009/2012	226.840,00	50086	
★ 39	Caminhão /C. Fechada M.Benz 710	2011/2011	ATW - 3096	Educação	2009/2012	115.000,00	2381	MAPFRE
★ 40	Utilitário (jipe) Pagero Tr4 Flex HP	2011	ATV- 9561	Educação	2009/2012	75.827,00	2379	MAPFRE
41	Fiat Pálio Weekend	2006	ANN-1524	Educação	ANTERIOR		50015	MAPFRE
42	VW/Kombi	2008/2009	AQG-9372	Educação	ANTERIOR		50016	MAPFRE
43	VW/Kombi	2008/2009	AQG-9364	Educação	ANTERIOR		50017	MAPFRE
44	VW/Kombi	2004/2005	DNW-9803	Educação	ANTERIOR		50020	MAPFRE
45	VW/Kombi (SANEPAR)	1990/1990	AAH-8649	Educação-Estado	ANTERIOR			
46	Micro ônibus	1999	AIH-6955	Educação	ANTERIOR		2151	MAPFRE
47	Micro ônibus	2009/2009	ARH-1417	Educação-Estado	ANTERIOR			P.Seguro
48	Micro ônibus	2009/2009	ARH-1648	Educação-Estado	ANTERIOR			P.Seguro
49	Micro ônibus	2009/2009	ARF-3160	Educação-Estado	ANTERIOR			P.Seguro
50	Micro ônibus	2009/2009	ARG-2644	Educação-Estado	ANTERIOR			P.Seguro
51	Ônibus	1998	BYE-5803	Educação	ANTERIOR		50021	P.Seguro
52	Ônibus	1998	BYE-0775	Educação	ANTERIOR		50022	P.Seguro
53	Ônibus	1998	BYE-0672	Educação	ANTERIOR		50023	P.Seguro
54	Ônibus	1995	BYE-0997	Educação	ANTERIOR		50024	P.Seguro

55	Ônibus	1995	BYE-0457	Educação	ANTERIOR		50025	P.Seguro
56	Ônibus Volvo B58	1998	AIO-4790	Educação	ANTERIOR		50026	MAPFRE
57	Gol Special	2001/2002	AGE-8565	Educação	ANTERIOR		50028	MAPFRE
58	Kia Besta	1995	AFL-0861	Cultura	ANTERIOR		50029	MAPFRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA	CORRET.
★ 59	Caminhão Lixo Ford Cargo 1317	2009/2009	ARB-5279	Utilidade Pública	2009/2012	170.100,00	2207	MAPFRE
★ 60	Caminhão Basculante M.Benz/L 1620	2011/2012	AVF-8414	Rodoviário	2009/2012	225.000,00	50093	
★ 61	Caminhão Caçamba Aberta	2004/2004	ALR-6263	Rodoviário	2009/2012	128.500,00	2201	MAPFRE
★ 62	Caminhão Ford Cargo 1317	2009/2009	ARD-3966	Rodoviário	2009/2012	163.389,00	2203	MAPFRE
★ 63	Caminhão Basculante Ford 2622	2009/2009	ARB-5278	Rodoviário	2009/2012	197.500,00	2200	MAPFRE
★ 64	Caminhão Basculante VW 26.220	2010/2010	ASY-2895	Rodoviário	2009/2012	203.840,91	2202	P.Seguro
★ 65	Caminhão Basculante M. Benz 1620	2011/2011	ATW- 3094	Rodoviário	2009/2012	218.000,00	2380	MAPFRE
★ 66	Caminhão Furgão	2003/2003	AKU-5625	Ut. Pública	2009/2012	78.500,00	2159	MAPFRE
★ 67	Caminhão Basculante VW 26.220	2010/2010	ASY-6704	Rodoviário	2009/2012	203.840,91	2199	P.Seguro
★ 68	Caminhão GMC	2009	AJK-8944	Obras	2009/2012	55.000,00	2273	MAPFRE
★ 69	Carreta/Reboque/C.Aberta	2004	DAH-1347	Rodoviário	2009/2012	25.000,00	50087	
★ 70	Camionete S10 2.8 4x4 Colina	2010/2011	ASQ-4893	Rodoviário	2009/2012	67.000,00	2136	MAPFRE
★ 71	CamioneteC.Aberta Montana	2012	AVD-0544	Garagem	2009/2012	35.200,00	50088	
★ 72	Chevrolet D20	1994	BLE-3394	Rodoviário	2009/2012	34.000,00	2137	
★ 73	Fiat Elba Weekend IE(doação Receita)	1993/1993	ADQ-0547	Obras	2009/2012		50043	
★ 74	Moto Yamaha XTZ 125	2009/2009	ARJ-5579	Obras	2009/2012	7.500,00	2158	
★ 75	VW/Gol 1.0	2012/2013	AVL-1876	Obras	2009/2012	34.990,00	50103	
★ 76	VOLVO/NL10 340 4X2	1994	AET-1509	Rodoviário	2009/2012	75.000,00	50105	
★ 77	ONIBUS M.BENZ/IMPOLO TORINO		AIT-8692	Rodoviário	2009/2012	DOAÇÃO	50126	
★ 78	ONIBUS SCANIA		ABK-1953	Rodoviário	2009/2012		regularizar	
★ 79	ONIBUS M. BENZ/IM		AIT-8793	Rodoviário	2009/2012		regularizar	
★ 80	REBOQUE/BASCULANTE	1998/1998	BSG-6079	Rodoviário	2009/2012	45.000,00	regularizar	
81	Caminhão de Lixo	1973	AKU-9930	Utilidade Pública	ANTERIOR		50030	MAPFRE
82	Caminhão de Lixo	2002/2003	AKS-8168	Utilidade Pública	ANTERIOR		50031	MAPFRE
83	Caminhão VW/8.150	2003	DDL-4751	Utilidade Pública	ANTERIOR		50032	MAPFRE

84	Caminhão Tanque Volks D.E.R.	1986	AGM-7139	Rodoviário	ANTERIOR			
85	Corsa ST	2003	AKT-4898	Vig. Sanitária	ANTERIOR		50014	
86	Caminhão Ford Cargo	2008	AQG-4608	Rodoviário	ANTERIOR		2148	MAPFRE
87	Caminhão Basculante VW/16.170	1996	AGR-1413	Rodoviário	ANTERIOR		50040	P.Seguro
88	Camionete Fiat Strada Fire Flex	2007/2008	APB-0553	Obras	ANTERIOR		50041	MAPFRE
89	Camionete Strada	2000/2001	AJL-7519	Utilidade Pública	ANTERIOR		50034	
90	Chevrolet GM S10	2005	ANK-0418	Utilidade Pública	ANTERIOR		50035	MAPFRE
91	Camionete Fiat Strada Fire Flex	2007/2008	APB-0557	Garagem	ANTERIOR		50036	MAPFRE
92	Ônibus Receita Federal	1990	BWA-6332	Rodoviário	ANTERIOR		50038	MAPFRE
93	Fiat Pálio Weekend	1998/1999	CQF-2105	Obras	ANTERIOR		50042	
94	VW/Kombi	1994	HRC-8111	Obras	ANTERIOR		PROVOPAR	
95	Moto Honda NX 150 Broz	2006	ANS-7037	Obras	ANTERIOR		50044	
96	Moto Honda CG 125 FAN	2006	AOZ-1825	Garagem	ANTERIOR		50045	
97	VW/Gol 1.0	2002	AKH-4970	Rodoviário	ANTERIOR		50049	MAPFRE
98	VW/Kombi	1998	AHT-1814	Rodoviário	ANTERIOR		50019	MAPFRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA	CORRET.
★ 99	VW/Saveiro 1.6 CE	2010/2011	ASW-5020	Agricultura	2009/2012	36.900,00	2146	P.Seguro
★ 100	Ford 4000	1996/1997	ANH-9090	Agricultura	2009/2012	49.000,00	2149	
101	Fiat Uno Mille Fire Flex	2005/2006	AMZ-7125	Agricultura	ANTERIOR		50012	MAPFRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA	CORRET.
★ 102	Celta	2009/2010	ARN-7313	Ação Social	2009/2012	28.900,00	2152	MAPFRE
★ 103	VW/Gol 1.0 GIV	2010/2011	AST-4470	Ação Social	2009/2012	29.000,00	2153	MAPFRE
★ 104	VW/Gol 1.0 GIV	2012/2013	AVF-8415	Cons. Tutelar	2009/2012	31.500,00	50094	
★ 105	Kombi	1993/1994	AEF-2882	Provoapar	2009/2012	DOAÇÃO		
106	Fiat Uno Mille Fire Flex	2007/2008	APB-0556	Ação Social	ANTERIOR		50047	MAPFRE
107	VW/Kombi (IASP)	2002	AKH-4065	Ação Social	ANTERIOR		ESTADO	
108	Renault/Logan	2008	AQE-3358	Ação Social	ANTERIOR		50048	MAPFRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E R.H.

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA	CORRET.
★109	Moto Honda NXR 150 Broz Mix KS	2009/2010	ASJ-5265	R.H.	2009/2012	8.000,00	2163	
★110	Moto Honda NXR 150 Broz Mix KS	2012/2012	AVS-7868	R.H.	2009/2012	8.490,00	50119	
111	VW/Kombi (SANEPAR)	1993/1994	AEG-1631	Patrimônio	ANTERIOR			
112	VW/Gol 1.0	2004/2005	ALZ-8411	Corpo Bombeiro	ANTERIOR		50050	MAPFRE

135	Patrola Cartepilar	120G	4HD02633	1995	Rodoviário	50058
136	Patrola Cartepilar	120H	0H25FM028	2003	Rodoviário	50059
137	Trator Esteira Cartepilar	D4E	7233730	1999	Rodoviário	50060
138	Trator Esteira Komatsu	D41A6	B20584	1999	Rodoviário	50061
139	Trator Esteira Fiat	ALLIS 7D	13032	2004	Rodoviário	50062
140	Trator New Rolland	5030	273048	1998	Ut. Pública	50054
141	Trator Massey Fergusson 4x2	275	2.16E+09	1990	Ut. Pública	50066
142	Rolo Compressor		60210319		Rodoviário	50063

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

	MÁQUINAS	MODELO	SÉRIE	ANO	LOCALIZAÇÃO	ETIQUETA
★143	Trator Massey Fergusson 4x4	290-4	2,287E+09	1988	Agricultura	45.000,00 2375
★144	Trator Agricola New Rolland	TL75E	7CCB95630	2012	Agricultura	70.000,00 50096
145	Trator New Rolland	TL 85E/4	298897	2002	Agricultura	50064
146	Trator Massey Fergusson 4x4	283	28305806-3	2001	Agricultura	50065

76 Veiculos e maquinários adquiridos com recursos próprios até mês 11/2012.

Gestão 2009/2012

Total Geral: R\$ 6.059.880,82 (Seis milhões, cinquenta e nove mil,oitocentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos) em 27/08/2012



RELAÇÃO DE VEICULOS COM SESSÃO DE USO

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA
1	Ambulância Fiat/ducato C. R.	2005	AMT-7472	Hospital-Estado	ANTERIOR		
2	Ambulância Renault/Máster	2006	ANM-9805	Hospital-Estado	ANTERIOR		
3	Micro ônibus	2009/2009	ASE-1561	Saúde-Estado	ANTERIOR		

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA
4	Micro ônibus	2009/2009	ARH-1417	Educação-Estado	ANTERIOR		
5	Micro ônibus	2009/2009	ARH-1648	Educação-Estado	ANTERIOR		
6	Micro ônibus	2009/2009	ARF-3160	Educação-Estado	ANTERIOR		
7	Micro ônibus	2009/2009	ARG-2644	Educação-Estado	ANTERIOR		

SECRETARIA ESTADUAL DE TRANSPORTE DER

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA
8	Caminhão Tanque Wolks D.E	1986	AGM-7139	Rodoviário	ANTERIOR		
9	Caçamba capacidade 5mt			Aterro Sanitário			

INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ IASP

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA
10	VW/Kombi (IASP)	2002	AKH-4065	Ação Social	ANTERIOR		ESTADO



PROVOPAR JAGUARIAÍVA PARANÁ

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA
11	VW/Kombi	1994	HRC-8111	Obras	ANTERIOR		PROVOPAR

SANEPAR PARANÁ

	VEICULO MARCA/MODELO	ANO	PLACA	LOCALIZAÇÃO	GESTÃO	PREÇO	ETIQUETA
12	VW/Kombi (SANEPAR)	1990/1990	AAH-8649	Educação-Estado	ANTERIOR		
13	VW/Kombi (SANEPAR)	1993/1994	AEG-1631	Patrimonio	ANTERIOR		



FNDE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Entidade: PREF MUN DE JAGUARIAIVA
CGC: 76.910.900/0001-38

IDENTIFICAÇÃO DO CRÉDITO

Programa: QUOTA
Nº Convênio Original: 0 ou 00000000000000000000/0100
Banco: 001 - BANCO DO BRASIL
Agência: 2198-9 - JAGUARIAIVA
Conta Corrente: 00000011688-2 - PM JAGUARIAIVA-QUOTA
Valor Detalhado do Crédito:
Custeio: 00000000054242,58 Capital: 00000000000000,00 TOTAL: 00000000054242,58
Forma de Liberação: 0 de 1
Nº Ordem Bancária: 751570
Data da Ordem Bancária: 16/11/2012

Prezado(a) Senhor(a),

O dinheiro para execução do programa indicado, encontra-se creditado na conta corrente acima.

Em caso de dúvidas ou para obtenção de maiores informações, compareça à agência do Banco do Brasil acima especificada, levando esta carta.

Outras informações poderão ser obtidas por intermédio da internet www.fnde.gov.br ou Telefone 0800 61 61 61.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS WANDERLEY DIAS DE FREITAS
Presidente do FNDE





Prefeitura Municipal de Jaguariáiva

Departamento de Materiais e Compras

RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2012

A Prefeitura Municipal de Jaguariáiva, por intermédio da sua Pregoeira Municipal, torna público a todos os interessados do pregão em referência, destinado a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA ATENDER SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL**, quanto ao item 11.3 do edital segue alteração:

Onde se lê:
"11.3 – A assistência técnica deverá ser realizada in loco, no prazo máximo de 01 (uma) hora após a solicitação da Secretária. Os atendimentos deverão ser realizados nos seguintes casos: desatolamento de papel, substituições de toners, manutenções e reparos na máquina, etc."

Leia-se:
"11.3 – A assistência técnica deverá ser realizada in loco, no prazo máximo de 24 (vinte e horas) hora úteis após a solicitação da Secretária. Os atendimentos deverão ser realizados nos seguintes casos: desatolamento de papel, substituições de toners, manutenções e reparos na máquina, etc. Caso haja necessidade de levar a impressora para conserto deverá ser colocada outra no lugar sem nenhum custo."

Fica prorrogada a data de abertura do edital para dia 07 de janeiro de 2013 às 09:30 hrs.

Jaguariaíva, 11 de dezembro de 2012.

Manoela Rossa Andreatta
Pregoeira Municipal

ESTADO DO PARANÁ				
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA				
Relação Dispensas Novembro				
Código/An	Data	Código e Nome do Fornecedor	Descrição do Objeto	Total Pago
535/2012	06/11/2012	3897-ROBERTO HILGENBERG SIMIONATO	Aquisição de placas para ambulância Conforme as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.	290,00
536/2012	06/11/2012	6180-CAROLINE MARTINS (GLOBALFLEX AMUNTEC LTDA-ME)	Aquisição de manutenção na secadora de roupas do Setor de Lavanderia do HCL.	420,00
537/2012	06/11/2012	52654-WB PONTA GROSSA COM. E ASS. TÉCNICAEM EQ. ODONTOLO	Contratação de empresa para conserto de dois (02) micromotores Calu nº 15349 e 16521 e Canetas de Alta Rotação, para atender à SEMUS.	1.290,00
538/2012	06/11/2012	53081-CALIBRATE COMERCIO E CALIBRAÇÕES DE INSTRUMENTO D	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e calibração das balanças do H.M.C.L. conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.	1.628,00
539/2012	08/11/2012	53077-HIDRAUPONTA PEÇAS E SERVIÇOS HIDRÁULICOS LTDA	Aquisição de kit basculante para ser colocado no caminhão Volvo placa AET-1509, do Depto. de Obras e estradas e Divisão de Oficina e Garagem.	6.500,00
540/2012	09/11/2012	52294-ASR MANIPULAÇÕES FARMACEUTICAS LTDA EPP	Contratação de medicamento de farmácia de manipulação para a criança Heloisa Vitória G. Moreira, através da Farmácia Básica da SEMUS.	46,80
541/2012	09/11/2012	2268-LABORATORIO PATOLOGIA	Contratação de empresa para serviço de	5.000,00

		MEDICA	exames / análises anatomo - cito - patológicas em pacientes do Hospital Carolina Lupion.	
542/2012	09/11/2012	53086-ARAPOFER COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA	Aquisição de ferros para ornamentação natalina conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura	1.217,50
543/2012	09/11/2012	53086-ARAPOFER COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA	Aquisição de ferros para ornamentação natalina conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura.	650,00
544/2012	12/11/2012	1440-IVELI PIVOVAR MACHADO	Aquisição de uma mochila para notebook tela de 14" para uso da SARH.	67,00
545/2012	12/11/2012	50370-LUIS FERNANDO SANTOS DA ROSA	Aquisição de 05 frascos de piretróide spray para erradicação de abelhas alojadas no prédio da Escola Municipal do Bairro do Lanças da Cima, para atender a Secretaria Munic. de Agropecuária e Meio Ambiente.	40,20
546/2012	12/11/2012	3973-CISNE COM DE ARTIGOS MEDICO HOSPITALARES	Aquis. de material para curativo, para uso da Sra. Zeila dos Santos, através da Farmácia Básica da SEMUS.	400,00
547/2012	12/11/2012	1722-ALCEU OLIVEIRA DE ALMEIDA	Contratação de empresa para divulgação de matéria institucional - Folha Extra - para atender a SEMCOM.	750,00
548/2012	12/11/2012	51757-EDITORIA KARINA LTDA.	Contratação de empresa para divulgação de matéria institucional - Campanha Outubro Rosa no Jornal Impacto - Editora Karina - para atender a SEMCOM.	1.000,00
549/2012	12/11/2012	50119-RETIMAO RETIFICA DE MAQUINAS LTDA	Contratação de empresa para revisão viatura Volkswagen placa ASE-3218 do Corpo de Bombeiros.	270,00
550/2012	12/11/2012	50119-RETIMAO RETIFICA DE MAQUINAS LTDA	Contratação de empresa para revisão viatura Volkswagen placa ASE-3218 do Corpo de Bombeiros.	1.299,23
551/2012	13/11/2012	52294-ASR MANIPULAÇÕES FARMACEUTICAS LTDA EPP	Aquis. de medicamento farmácia de manipulação para atender a criança João Luiz Pereira da Silva, através da Farmácia Básica da SEMUS.	42,00
552/2012	13/11/2012	2346-CESAR AUGUSTO R. MASCARENHAS - ME	Contratação de empresa para realização de Show protético para o Natal 2012 conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura.	7.000,00
553/2012	13/11/2012	2436-KONRAD COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA	Contratação de empresa para serviço de revisão e troca de peças do veículo Ambulância da UTI, para atender ao Hospital Carolina Lupion.	600,00
554/2012	13/11/2012	2436-KONRAD COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA	Contratação de empresa para serviço de revisão e troca de peças do veículo Ambulância da UTI, para atender ao Hospital Carolina Lupion.	120,00
555/2012	13/11/2012	2454-REGINA APARECIDA POMIM	Contratação de empresa para serviço de manutenção de sala equipamentos odontológicos, para atender a SEMUS.	875,00
556/2012	13/11/2012	536-FRIGOS CONSERVOS E MANUTENCAO DE EQUIP	Aquis. de peças e serviços para instalação de fogões na cozinha do HCL.	450,00
557/2012	13/11/2012	5445-W P OLIVEIRA MATTOS & MATTOS LTDA	Aquis. de peças e serviços para instalação de fogões na cozinha do HCL.	1.129,20
558/2012	13/11/2012	1012-TEREZINHA DE JESUS ASSIS DOS S OLIVEIRA	Aquisição de 02 molduras, tamanho A4, para atender a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos. (deverá ser entregue na secretaria)	36,00
559/2012	13/11/2012	18993-VALENGO & VALENGO	Aquisição de material de uso no Hospital Carolina Lupion, para adequações que se fazem necessárias no Setor de Obstetrícia, conforme determinação da Vigilância Sanitária.	2.450,00
560/2012	14/11/2012	53088-THIAGO HIROSHI KITANISHI	Contratação de empresa para Aquisição de um Papai Noel inflável de 5 m de altura para ornamentação natalina conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura.	2.300,00
561/2012	19/11/2012	52196-FCA COMERCIO DE PECAS LTDA EPP	Aquisição de para-brisas e vidros para substituição nas máquinas pesadas da PMJ.	5.368,00
562/2012	20/11/2012	584-J. B. SOUZA & L.L. SOUZA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A MODIFICAÇÃO DE UMA PRANCHA TIPO JULIETA PARA ENGATE COM PINO REI E MAIS PÉS PARA SUSTENTAÇÃO.	3.980,00
568/2012	22/11/2012	3792-VIRA FESTA PRESENTES PERSONALIZADOS LTDA	Aquisição de um aparelho telefonico, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Recursos Humanos.	43,50
569/2012	22/11/2012	52829-KRUBNIK & SOTANA LTDA	Aquisição de 17 pares de botas impermeáveis para caminhada, em couro preto, para atender necessidades do Grupamento de Bombeiros, destacadas para esta cidade.	879,60
571/2012	22/11/2012	3313-SERVOPA S/C COMERCIO E INDUSTRIA	Aquisição de material de consumo para manutenção do Veículo Modelo Gol conforme as necessidades do Corpo de Bombeiros.	243,30
572/2012	23/11/2012	5066-NADIA ALINE GORAYEB E CIA LTDA	DESPESA COM FORNECIMENTO DE CARTUCHOS REMANUFATURADOS PARA A PROCURADORIA GERAL.	590,00
573/2012	26/11/2012	50519-SIMPLES COMÉRCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA M	Aquisição de equipamentos fotografico 02 cameras 1 compacta e outra semiprofissional para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Comunicação Social.	1.785,00
574/2012	26/11/2012	50519-SIMPLES COMÉRCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA M	Aquisição de equipamentos fotografico 02 cameras 1 compacta e outra semiprofissional para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Comunicação Social.	460,00
575/2012	26/11/2012	50449-KUGLER VEICULOS LTDA	Contratação de empresa para revisão do veículo Blazer, placa AVG-6512 de responsabilidade do Gabinete, para atender ao Depto. de Obras e estrada e Divisão de Oficina e Garagem.	306,79
576/2012	28/11/2012	50449-KUGLER VEICULOS LTDA	Contratação de empresa para revisão do veículo Blazer, placa AVG-6512 de responsabilidade do Gabinete, para atender ao Depto. de Obras e estrada e Divisão de Oficina e Garagem.	430,00
577/2012	28/11/2012	84-THON & SAMPAIO LTDA	Aquisição de medicamentos de uso veterinário, para serem utilizados pela SAMA.	978,70
579/2012	28/11/2012	1073-ROSELI PEREIRA E SILVA	Contratação de empresa para confecção de coquetel para formatura 2012 do Projeto Jovem Aprendiz.	1.243,00
580/2012	28/11/2012	1073-ROSELI PEREIRA E SILVA	Contratação de empresa para confecção de coquetel para formatura 2012 do Projeto Jovem Aprendiz.	129,00
581/2012	28/11/2012	52780-WASHINGTON & SILVA COMERCIO DE EXTINTORES LTDA	Aquisição de recarga de extintores do HMCL, em virtude da validade dos mesmo que expira em novembro de 2012.	1.032,80
582/2012	29/11/2012	51606-BT EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	Contratação de empresa fabricante, para revisão de defeitos de uma potência do transmissor da marca BT e da queima de uma placa BTR 396 e outros, para atender a Rádio Jaguariáiva.	450,00
583/2012	29/11/2012	53065-GISMAR IND. E COM. DE MATER PARA CONSTRUÇÃO CIVIL	Aquisição de rede de proteção para o Ginásio Tubunão, consistente em Rede de proteção de poliéstero malha 100x100mm, espessura do fio de 2,70mm, medição de 20 metros x 9 metros na cor verde, com entrega no Almoarifado Central da Smece, no Condomínio Matarazzo.	648,00

584/2012	29/11/2012	4713-S.M.R DO AMARAL - EPP	Contratação de empresa para confecção de camiseta com silk de capoeira para evento - Festival Nacional de Cultura, a ser realizado pela Sec. Mun. do Desenvolvimento Social.	2.475,00
585/2012	29/11/2012	4013-JOAO MARIA TABORDA - ME	Aquis. de alarme monitorado no anexo construído na Secretaria, para o setor da merenda escolar da SMECE.	1.451,64
586/2012	29/11/2012	4013-JOAO MARIA TABORDA - ME	Aquis. de alarme monitorado no anexo construído na Secretaria, para o setor da merenda escolar da SMECE.	74,36
587/2012	29/11/2012	4013-JOAO MARIA TABORDA - ME	Aquis. de alarme monitorado no anexo construído na Secretaria, para o setor da merenda escolar da SMECE.	70,00
Total Geral do Período ---->				64.782,62



CERTIDÕES NEGATIVAS

Informações para Transferências Voluntárias

Entidade Federativa: JAGUARIAIVA/PR
CNPJ Interviente: 76.910.900/0001-38-JAGUARIAIVA PREFEITURA MUNICIPAL

Data: 03/12/2012

Atendimento aos Requisitos Fiscais:

Requisitos Fiscais	Fonte da informação/Atualização	Atendimento	Validade
I - Obrigações de Adimplência Financeira			
1.1 Regularidade quanto a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União	PGFN/RFB (Cadastro de Registro de Adimplência)	Comprovado	24/04/2013
1.2 Regularidade quanto a Contribuições Previdenciárias	RFB (Cadastro de Registro de Adimplência)	Comprovado	03/12/2012
1.3 Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	CAIXA (Cadastro de Registro de Adimplência)	Comprovado	27/12/2012
1.4 Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	STN (Cadastro de Registro de Adimplência)	Comprovado	03/12/2012
1.5 Regularidade perante o Poder Público Federal	CADIN (Cadastro de Registro de Adimplência)	Comprovado	03/12/2012
II - Adimplência na Prestação de Contas de Convênios			
2.1 Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente	SIAFI/Transferências (Cadastro de Registro de Adimplência)	Comprovado	03/12/2012
2.1 Regularidade quanto a Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente	SICONV (Cadastro de Registro de Adimplência)	Comprovado	03/12/2012
III - Obrigações de Transparência			
3.1 Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF	CAIXA ou Órgão Concedente (Atualização Manual)	Comprovado	30/01/2013
3.2 Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO	CAIXA ou Órgão Concedente (Atualização Manual)	[*]	
3.3 Encaminhamento das Contas Anuais	STN com base no SISTN (Atualização Manual)	Comprovado	30/04/2013
IV - Adimplência de Obrigações Constitucionais ou Legais			
4.1 Exercício da Plena Competência Tributária	CAIXA ou Órgão Concedente (Atualização Manual)	Comprovado	30/04/2013
4.2 Aplicação Mínima de recursos em Educação	SIOPE (Sistema Subsidiário de Informação)	Comprovado	30/04/2013
4.3 Aplicação Mínima de recursos em Saúde	SIOPS (Sistema Subsidiário de Informação)	Comprovado	30/04/2013
4.4 Regularidade Previdenciária	MPS/SPS (Cadastro de Registro de Adimplência)	Comprovado	31/12/2012

[*] As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JAGUARIAIVA PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.910.900/0001-38

Ressealvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.



Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 14:57:33 do dia 26/10/2012 <hora e data de Brasília>
Válida até 24/04/2013.
Código de controle da certidão: 3C10.959C.CAF3.2F0C

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 000612012-14024900
Nome: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.910.900/0001-38

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 03/12/2012.
Válida até 01/06/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 9853081-35

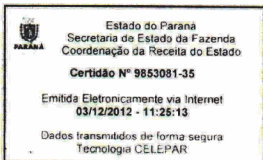
Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 76.910.900/0001-38
Este CNPJ/MF não consta nos cadastros da Secretaria da Fazenda do Paraná.

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do requerente, nesta data.

Finalidade: Simples verificação

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Esta Certidão tem validade até 02/04/2013 - Fornecimento Gratuito



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado

Certidão Negativa para Transferências Voluntárias
Nº 00030570

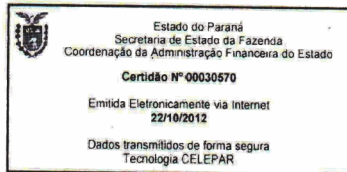
Dados do Município: Prefeitura Municipal de Jaguariáiva
Endereço: Dr. Domingos Cunha, 35
Município: Jaguariáiva
Estado: PR

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, o Poder Executivo Estadual certifica:

- Que o Município supra encaminhou a prestação de contas referente ao exercício de 2011, conforme art. 51, parágrafo 1º, inciso I.
- Que em nome do Município supra não consta a existência de débitos junto ao Estado, conforme determina o art. 25, parágrafo 1º, inciso IV, alínea A.

A aceitação da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade na Internet no endereço: <http://www.gestaodineiropublico.pr.gov.br>

Esta Certidão tem validade até 21 de dezembro de 2012



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado

Certidão Negativa para Concessão de Garantias
Nº 00030818

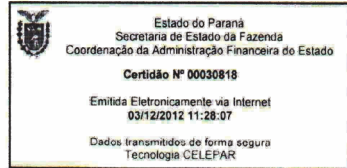
Dados do Município: Prefeitura Municipal de Jaguariáiva
Endereço: Dr. Domingos Cunha, 35
Município: Jaguariáiva
Estado: PR

Em atendimento ao disposto no art. 40, parágrafo 10º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000:

- O Poder Executivo Estadual certificada que não concedeu garantia ao Município supra.

A aceitação da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade na Internet no endereço: <http://www.gestaodineiropublico.pr.gov.br>

Esta Certidão tem validade por 60 dias da data da sua emissão



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado

Certidão Negativa para Obtenção de novas operações de crédito
Nº 00030085

Dados do Município: Prefeitura Municipal de Jaguariáiva
Endereço: Dr. Domingos Cunha, 35
Município: Jaguariáiva
Estado: PR

Em atendimento ao disposto no art. 51, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, o Poder Executivo Estadual certifica:

- Que o Município supra encaminhou a prestação de contas referente ao exercício de 2011.

A aceitação da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade na Internet no endereço: <http://www.gestaodineiropublico.pr.gov.br>

Esta Certidão tem validade até 30 de abril de 2013



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 76910900/0001-38
Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA
Nome Fantasia: JAGUARIAÍVA PREFEITURA
Endereço: PCA DR DOMINGOS CUNHA 35 // JAGUARIAÍVA / PR / 84200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/11/2012 a 27/12/2012

Certificação Número: 2012112801052936900302

Informação obtida em 03/12/2012, às 11:32:30.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Nº 987633-106309

DADOS DO MUNICÍPIO

CNPJ: 76.910.900/0001-38
NOME: Jaguariáiva
UF: PR

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 201, DE 01 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO À LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR, PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS SEGUINTES CASOS:

- I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;
- II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS, CONVÊNIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM GERAL, DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;
- III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS;
- IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO DISPOSTO NA LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

VÁLIDO PARA TODOS OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

A ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: www.previdencia.gov.br, POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA.

A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O QUAL FOI EMISSO

EMITIDO EM 4/7/2012.

VÁLIDO POR 180 DIAS DA DATA DA SUA EMISSÃO.

VÁLIDO ATÉ 31/12/2012.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA

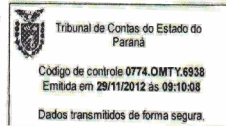
CNPJ Nº: 76.910.900/0001-38

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCEIRA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É CERTIFICADO, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUENTES DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 28/01/2013, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.



INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias não é de uso obrigatório. Conforme a legislação, a comprovação do cumprimento das exigências para convênio poderá ocorrer mediante a entrega de documentos impressos diretamente ao órgão concedente.















As informações disponibilizadas serão obtidas:

- a) de cadastros ou sistemas de registro de adimplência mantidos por órgãos ou entidades federais cuja responsabilidade esteja definida em lei;
- b) de sistemas subsidiários de informações de caráter declaratório de natureza contábil, financeira ou fiscal, consideradas suficientes para verificação do atendimento de requisitos fiscais; e
- c) por meio de documentação impressa, apresentada diretamente aos órgãos.

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias pesquisa informações relativas a pessoas jurídicas, segundo seu registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Cada ente federado subnacional é responsável pela relação, constante no O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, de registros no CNPJ dos órgãos da sua Administração Direta e das entidades da sua Administração Indireta.

Entidade Federativa: JAGUARIAÍVA/PR
CNPJ Interviente: 76.910.900/0001-38 - JAGUARIAÍVA PREFEITURA MUNICIPAL

Data: 12/12/2012

Atendimento aos Requisitos Fiscais:		Fonte de informação/atualização	Atendimento	Validade
Requisitos Fiscais				
I - Obrigações de Adimplência Financeira				
1.1	Regularidade quanto a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União	 PGFN/RFB Cadastro de Registro de Adimplência RFB	Comprovado	04/08/2013
1.2	Regularidade quanto a Contribuições Previdenciárias	 CAIXA Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	12/12/2012
1.3	Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS	 CAIXA Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	27/12/2012
1.4	Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União	 STN Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	12/12/2012
1.5	Regularidade perante o Poder Público Federal	 CADIN Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	12/12/2012
II - Adimplimento na Prestação de Contas de Convênios				
2.1	Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente	 SIAP Subsistema Transferências  SICONV Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	12/12/2012
III - Obrigações de Transparência				
3.1	Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF	 CAIXA ou Órgão Concedente Atualização Manual	Comprovado	30/01/2013
3.2	Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREQ	 CAIXA ou Órgão Concedente Atualização Manual	Comprovado	30/01/2013
3.3	Encaminhamento das Contas Anuais	 STN com base no SISTN Atualização Manual	Comprovado	30/04/2013
IV - Adimplimento de Obrigações Constitucionais ou Legais				
4.1	Exercício da Plena Competência Tributária	 CAIXA ou Órgão Concedente Atualização Manual	Comprovado	30/04/2013
4.2	Aplicação Mínima de recursos em Educação	 SIOPE Sistema Subsidiário de Informação	Comprovado	30/04/2013
4.3	Aplicação Mínima de recursos em Saúde	 SIOPS Sistema Subsidiário de Informação	Comprovado	30/04/2013
4.4	Regularidade Previdenciária	 MPS/SPS Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	31/12/2012

[*] As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.



Jaguariaíva, 03 de dezembro de 2012.

A Vossa Excelência Dr. Otávio Renato Baroni

Assunto: Relatório do Programa Jaguariáiva Sorridente

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Conforme solicitado por Vossa Excelência segue abaixo o relatório geral do Programa Jaguariáiva Sorridente disposto em três quadros explicativos:

Quadro 1: Produção de próteses totais desde o início do Programa Jaguariáiva Sorridente, segmentada por licitações:

Programa Jaguariáiva Sorridente (dez/2009 a nov/2012)	Próteses
1ª LICITAÇÃO	150
2ª LICITAÇÃO	334
3ª LICITAÇÃO	512
4ª LICITAÇÃO (parcial até nov/12)	295
TOTAL de PRÓTESES	1291

Quadro 2: Produção de próteses totais no ano de 2012:

Total de próteses instaladas em 2012	Próteses
1º QUADRIMESTRE 2012	214
2º QUADRIMESTRE 2012	127
3º QUADRIMESTRE 2012 (parcial até nov/12)	216
TOTAL em 2012	557



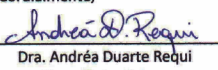
Quadro 3: Descritivo de consultas/procedimentos clínicos e total de pacientes atendidos pelo Programa Jaguariáiva Sorridente no ano 2012:


Total de consultas para prótese dentária em 2012 (até 30 nov/12)	total
Moldagens anatômicas e funcionais	1148
Instalação e adaptação de próteses totais	557
Consulta para ajuste e manutenção	174
Prova dos roletes de cêra	555
Prova dos dentes	691
1ª consulta (avaliação e inserção em lista de espera)	531
Total de procedimentos	3656
total de pacientes atendidos	2106

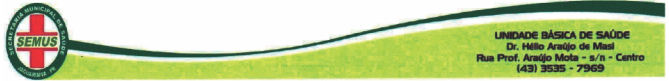
Acréscimo que atualmente estão sendo confeccionadas 82 próteses e estamos com 146 pacientes aguardando em lista de espera, sendo todos eles da área urbana e cadastrados por ordem de chegada na UBS Dr. Hélio A. Masl. Os moradores da área rural que buscam o atendimento para prótese não são incluídos na lista de espera, pois são atendidos prontamente na UBS e contemplados com a prótese após as seis consultas necessárias para a reabilitação protética.

O presente relatório buscou traduzir em números o trabalho que vem sendo executado nestes três anos pela Prefeitura Municipal através do Programa Jaguariáiva Sorridente para o qual tenho o privilégio e a alegria de participar. A satisfação em ver tantos pacientes desdentados que voltaram a sorrir constitui o grande incentivo para a confecção de mais e melhores próteses totais para a população de Jaguariáiva.

Cordialmente,


Dra. Andréa Duarte Requi
Cirurgiã-dentista


Dra. Isabela Negreiros
Coordenadora de Saúde Bucal



Decreto Legislativo nº 054/2012

A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 8º da Lei Municipal 2375/2011 – Lei Orçamentária para o Exercício de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na seguinte dotação orçamentária:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
01	Poder Legislativo	
01.01	Câmara Municipal	
01.031.00012-001	Manutenção do Poder Legislativo	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	7.000,00
TOTAL		7.000,00

Art. 2º - Constitui-se recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, o cancelamento nas seguintes dotações:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
01	Poder Legislativo	
01.001	Câmara Municipal	
01.031.00012.001	Manutenção do Poder Legislativo	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil	7.000,00
TOTAL		7.000,00

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Jaguariáiva, em 12 de Dezembro 2012.

José Marcos Pessa Filho
Vereador-Presidente

Gilberto Mussi
1º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO nº 055/2012.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

EXONERAR

MARLISE FELIX DA SILVA, portadora do RG nº 4.260.405-4, do cargo de provimento em Comissão de Assessor Parlamentar I, desta Câmara Municipal de Jaguariáiva, a partir desta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jaguariáiva, em 14 de dezembro de 2012.

José Marcos Pessa Filho
Vereador - Presidente

DECRETO LEGISLATIVO nº 056/2012.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

EXONERAR

ALESSON LOPES MONTEIRO, portador do RG nº 8.336.460-2, do cargo de provimento em Comissão Parlamentar II, desta Câmara Municipal de Jaguariáiva, a partir desta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jaguariáiva, em 14 de dezembro de 2012.

José Marcos Pessa Filho
Vereador - Presidente

DECRETO LEGISLATIVO nº 057/2012.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

EXONERAR

ROGERIO MIGUEL DA SILVA, portador do RG nº 8.980.534-1, do cargo de provimento no cargo de provimento em Comissão de Assessor Parlamentar II, desta Câmara Municipal de Jaguariáiva, a partir desta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jaguariáiva, em 14 de dezembro de 2012.

José Marcos Pessa Filho
Vereador - Presidente

DECRETO LEGISLATIVO nº 058/2012

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

EXONERAR

ANDERSON LUCIANO DE MELLO, portador do RG nº 78.667.654-0, do cargo de provimento em Comissão de Assessor Parlamentar I, desta Câmara Municipal de Jaguariáiva, a partir desta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jaguariáiva, em 14 de dezembro de 2012.

José Marcos Pessa Filho
Vereador - Presidente

EXTRATO DE CONTRATO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2012

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - CONTRATADO: GABRIEL RODRIGUES LOPES SOM & ALARME – CNPJ nº 07.550.749/0001-51. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica Especializada no fornecimento e instalação de uma mesa de som, cabeamento (multi-cabo) e 15 (quinze) microfones de mesa, para o Plenário da Câmara Municipal de Jaguariáiva; conforme discriminado no escopo dos serviços constante no Termo de Referência e em conformidade com o Procedimento Licitatório (Pregão Presencial nº 011/2012). - ABERTURA: 26/11/2012 - VALOR GLOBAL: R\$ 7.500,00 - RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52.33.00. Jaguariáiva, em 30/11/2012.

Vereador JOSÉ MARCOS PESSA FILHO
Presidente da Câmara Municipal de Jaguariáiva



Educação em Jaguariáiva ganha mais uma ferramenta: Escola Municipal Prefeito Aristides Soares



Os investimentos da Administração Municipal na área da educação não param. Além da Escola Municipal Maria de Lourdes Oliveira Taques, entregue em julho de 2012, a Prefeitura finalizou agora no mês de dezembro a construção de mais uma unidade educacional, a Escola Municipal Prefeito Aristides Soares, no bairro São Braz.

A nova escola foi construída em terreno desapropriado pela Prefeitura com área total de 2.293 m². A área construída ocupa 854 m² e conta com seis salas de aula, salas para leitura, informática, secretaria e arquivo, distribuídos em blocos administrativo, pedagógico e de serviços, além de uma área coberta reservada para as mais diversas práticas esportivas.

A escola terá capacidade para 250 alunos e se encontra em um bairro que não possui estabelecimento educacional, sendo que o mais próximo era a Escola Municipal Júlio de Mesquita Filho, no bairro Primavera II. Desta forma a Aristides Soares proporcionará uma proximidade maior para os alunos assim, alguns alunos que estudam atualmente no Júlio, na Escola Municipal Dalva de Azevedo Delgado e na Escola Municipal Antônio Fanchin terão suas matrículas efetuadas no novo estabelecimento.

O investimento inicial para a construção da Escola Municipal Prefeito Aristides Soares foi de R\$ 810 mil. Com o espaço físico pronto a Administração Municipal agora trabalha com a segunda etapa da obra, a compra de móveis e materiais, com investimento orçado em R\$ 295.783,23. No total serão cerca de R\$ 1.340.000,00 (um milhão trezentos e quarenta mil reais) a mais em investimentos na educação em Jaguariáiva.

A previsão é que a escola inicie suas atividades no dia sete de fevereiro de 2013, juntamente com as outras escolas municipais.

